

## Artigo

# O enfoque da Geografia Ambiental como *Aufhebung*: Rejeitando o dualismo, abraçando a dialética

Marcelo Lopes de Souza

### Resumo

09

O “contrato epistemológico” que vigorou durante mais de um século na Geografia baseou-se na convicção de que essa disciplina não é nem apenas uma ciência natural nem meramente uma ciência social, mas sim um conhecimento epistemologicamente híbrido, cabendo aos geógrafos encontrar formas de cooperação e convivência frutífera a despeito das inevitáveis especializações temáticas. Nas décadas de 1970 e 1980, porém, o referido “contrato” foi rompido: “Geografia Humana” e “Geografia Física” apostaram, explícita ou implicitamente, em uma separação, por verem vantagens nisso. Transcorridas quase cinco décadas, o que então parecia promissor se mostra, hoje, ao menos em parte, como um equívoco: ironicamente, foi justamente a partir da década de 1970 – quando geógrafos “humanos” e “físicos” aceleraram tremendamente o movimento de afastamento recíproco, desdenhando a ideia de um saber que fosse uma “ponte” entre o conhecimento da natureza e o da sociedade – que o mundo passou, com uma velocidade crescente, a dar atenção a problemas e desafios que, indiscutivelmente, exigem uma articulação desses conhecimentos.

Felizmente, antídotos vêm sendo buscados, e o mais relevante deles é o enfoque conhecido como *Geografia Ambiental*. Entretanto, ainda se faz necessário muito trabalho de fundamentação epistemológica, teórica e metodológica para consolidá-lo. A fim de contribuir com esse esforço, o presente artigo investe na interpretação do enfoque da Geografia Ambiental como correspondendo a uma *Aufhebung*, isto é, a uma *superação dialética*. O conceito de *Aufhebung*, porém, em sua tradição original, hegeliana, carrega algumas limitações intrínsecas. Cabe, assim, tentar reconfigurá-lo, tornando-o mais complexo e robusto – o que é aqui empreendido com o auxílio das contribuições lógicas e ontológicas do filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis.

**Palavras-chave:** Geografia Ambiental; epistemologia; *Aufhebung*; dialética.

## Environmental geography's approach as *Aufhebung*: Rejecting dualism, embracing dialectics

### Abstract

The 'epistemological contract' that was in force for more than a century in geography was based on the conviction that this discipline is neither a pure natural science nor a pure social science, but an epistemologically hybrid knowledge, leaving geographers to find ways of cooperation and fruitful coexistence, despite any thematic specialisations. In the 1970s and 1980s, however, the aforementioned 'contract' was broken: both 'human' and 'physical' geographers explicitly advocated or implicitly supported a separation, as they saw advantages in it. After almost five decades, what seemed promising then appears today, at least in part, as an illusion: ironically, it was precisely from the 1970s – when 'human' and 'physical' geographers tremendously accelerated the movement of disdaining the idea of a discipline that would be a 'bridge' between the knowledge of nature and that of society – that the world started, with increasing speed, to pay attention to problems and challenges that unequivocally demand an articulation of both types of knowledge.

Fortunately, antidotes have been sought, the most relevant of which is the approach known as *environmental geography*. However, much epistemological, theoretical and methodological work is still needed to consolidate it. In order to contribute to this effort, this article interprets the approach of environmental geography as corresponding to an *Aufhebung*, that is, to a *dialectical sublation*. The concept of *Aufhebung*, however, in its original Hegelian tradition, carries some intrinsic limitations. It is therefore necessary to try to reconfigure it, making it more complex and robust – what is undertaken here with the help of the logical and ontological contributions of Graeco-French philosopher Cornelius Castoriadis.

10

**Keywords:** environmental geography; epistemology; *Aufhebung*; dialectic.

## El enfoque de la geografía ambiental como *Aufhebung*: Rechazando el dualismo, abrazando la dialéctica

### Resumen

El "contrato epistemológico" que estuvo vigente durante más de un siglo en la Geografía se basó en la convicción de que esta disciplina no es solo una ciencia natural ni una simple ciencia social, sino un conocimiento epistemológicamente híbrido, dejando a los geógrafos para encontrar formas de cooperación y fructífera convivencia a pesar de las inevitables especializaciones temáticas. En los años setenta y ochenta, sin embargo, se rompió el mencionado "contrato": "geografía humana" y "geografía física" apostaron, explícita o implícitamente, a una separación, ya que veían ventajas en ello. Después de casi cinco décadas, lo que parecía prometedor entonces aparece hoy, al menos en parte, como un equívoco: irónicamente, fue precisamente a partir de la década de 1970 – cuando los geógrafos "humanos" y "físicos" aceleraron tremendamente el alejamiento recíproco, desdeñando la idea de un conocimiento que

sería un “puente” entre el conocimiento de la naturaleza y el de la sociedad – que el mundo comenzó, con una velocidad creciente, a prestar atención a problemas y desafíos que, sin duda, exigen una articulación de estos dos tipos de conocimiento.

Afortunadamente, se han buscado antídotos, el más relevante de los cuales es el enfoque conocido como *Geografía Ambiental*. Sin embargo, aún es necesario trabajar mucho en los fundamentos epistemológicos, teóricos y metodológicos para consolidarlo. Para contribuir a este esfuerzo, este artículo interpreta el enfoque de la geografía ambiental como correspondiente a una *Aufhebung*, es decir, a una *superación dialéctica*. El concepto de *Aufhebung*, sin embargo, en su tradición hegeliana original, presenta algunas limitaciones intrínsecas. Por lo tanto, es necesario intentar reconfigurarlo, haciéndolo más complejo y robusto, lo que aquí se emprende con la ayuda de las aportaciones lógicas y ontológicas del filósofo greco-francés Cornelius Castoriadis.

**Palabras clave:** geografía ambiental; epistemología; *Aufhebung*; dialéctica.

## Introdução: Vinho velho em garrafa nova?

É muito difícil, senão impossível, situar com precisão o momento de emergência da perspectiva que vem sendo conhecida pelo nome de “Geografia Ambiental”. Tentá-lo sempre implicaria uma excessiva dose de arbitrariedade. Podemos, em vez disso, com mais modéstia, mas também com mais realismo, postular alguns marcos temporais (e alguns critérios).

Em primeiro lugar, faz-se mister reconhecer que, no contexto da geopolítica internacional da produção e circulação do conhecimento científico/acadêmico, a Geografia Ambiental tem adquirido significativa e crescente visibilidade porque o debate em torno de uma *environmental geography* vem sendo puxado pelo ambiente intelectual anglo-saxônico – o grande “pautador” ou “exportador de agendas” das últimas seis décadas, na Geografia bem como em tantas outras áreas do saber.<sup>1</sup> Entretanto, assumir que a Geografia Ambiental surge apenas quando os colegas anglófonos passam a promovê-la seria, mais uma vez, introjetar a velha e (às vezes hipocritamente) lamentada subalternidade

---

<sup>1</sup> Um marco da maturação e consolidação da *environmental geography* é a coletânea *A Companion to Environmental Geography* (CASTREE et al., 2009).

colonial, comprando de olhos fechados a narrativa desses colegas, notoriamente auto-centrados cultural-linguisticamente.

Na realidade, se prestarmos atenção ao que se passou no Brasil (apenas para ficar, inicialmente, em um único exemplo) nas últimas décadas, veremos que, malgrado nós não encontrarmos qualquer uso sistemático ou defesa programática reiterada de uma expressão como “Geografia Ambiental”,<sup>2</sup> um tipo de saber classificável dessa maneira jamais deixou de se fazer presente. Desde um pesquisador como Orlando Valverde (representante de uma “Geografia tradicional” ou “clássica” que, além de em parte conseguir manter-se atualizada, também continuou a oferecer trabalhos importantes dentro do espírito de um “diálogo de saberes *intradisciplinar*”) até um então jovem estudioso como Carlos Walter Porto-Gonçalves (igualmente praticante de uma “transversalidade epistêmica”, só que de uma maneira discursivamente renovada pela lufada de ar fresco da “Geografia crítica”),<sup>3</sup> os anos 1980 – década de consolidação do desapareço recíproco entre geógrafos “humanos” e “físicos” – nos legaram, não obstante as tendências dominantes de diálogo minguinte, notáveis trabalhos que podem ser perfeitamente compreendidos como de Geografia Ambiental (ou ainda de Ecologia Política), no presente sentido (ver, p.ex., VALVERDE, 1989; PORTO-GONÇALVES, 1984 e 2014). Se fizermos o exercício de olhar para outros países, começando pelos países europeus que hegemonizaram a “tradição geográfica” por mais de um século – Alemanha e França –, e os compararmos

---

<sup>2</sup> Uma aparente exceção seria a “Geografia Socioambiental” sobre a qual discorreu MENDONÇA (2001). Essa proposta, contudo, se acha prejudicada, de partida, por uma contradição de fundo, ademais de encerrar uma certa ambiguidade: ao tomar “meio ambiente” e “ambiente” equivocadamente como sinônimos, o autor se vê forçado a acrescentar o prefixo “socio” ao adjetivo “ambiental”, por admitir que não se pode desconectar a sociedade do “meio ambiente” (o que é sensato, mas pobremente operacionalizado). Além de assumir, sem maior sutileza, uma equivalência não só entre as expressões “ambiente” e “meio ambiente”, mas também entre esta última e as muito mais plásticas noções de *environment* e *environnement*, respectivamente do inglês e do francês (que seriam, isso sim, equiparáveis ao conteúdo do substantivo *ambiente*, mais amplo), subtrai-se à discussão grande parte da complexidade e da riqueza teórico-conceituais de que ela potencialmente se reveste.

<sup>3</sup> Venho me batendo, há algum tempo, por aquilo que as expressões “diálogo de saberes *intradisciplinar*” e “transversalidade epistêmica” designam (consulte-se, p.ex., SOUZA, 2016, 2018, 2019a, 2019b e 2020), e que designam facetas um pouco diferentes da mesma mensagem: mais que apenas relevantes, a conversa entre pesquisadores com trajetórias muito contrastantes e a integração de conhecimentos cuja geração seja animada por polos epistemológicos tão distintos quanto o são a pesquisa natural e a pesquisa social constituem, a despeito de (quicá inevitáveis) tensões, práticas das quais a Geografia não pode abrir mão, sob pena de se automutilar e autossabotar.

com as peculiaridades da produção anglo-saxônica, constataremos que também eles, cada um à sua maneira, não se mostraram simplesmente como satélites ou caixas de ressonância dessa produção, ainda que venham sendo bastante influenciados por ela há várias décadas.<sup>4</sup>

Com isso, o mais justo e rigoroso parece residir no seguinte: ver a Geografia Ambiental, no sentido que esta expressão adquire nestas páginas (e em trabalhos anteriores meus: vide, p.ex., SOUZA, 2016, 2018, 2019a, 2019b e 2020), como algo que foi sendo modelado aos poucos, amiúde de forma não muito consciente e sem preocupações com rótulos, em meio a uma resistência multifacetada e mais ou menos explicitada contra a rejeição de um “diálogo de saberes intradisciplinar”, tal como essa rejeição apareceu nos anos 1970, na esteira da “virada crítica” da disciplina. Ao mesmo tempo, a partir de fins do século XX ou início do século XXI, geógrafos de língua inglesa (já vinculados ao campo interdisciplinar da Ecologia Política ou não) passaram a colocar sobre a mesa a proposta de uma *environmental geography*, indiscutivelmente condicionando (e, às vezes, catalisando algo que já estava em curso) uma movimentação similar em vários outros países.<sup>5</sup> Por mais que tenha havido uma produção “de resistência” nos anos 1980 e 1990, as duas primeiras décadas do presente século são, assim, uma referência temporal fundamental.

Tudo isso me faz retornar à pergunta do título desta seção introdutória, feita para me antecipar a uma compreensível questão: trata-se, então, afinal de contas, de nada mais que “vinho velho em garrafa nova”? Enfim, de uma “velha novidade”? Espero poder demonstrar, ao longo das próximas páginas, que não é o caso. Há, sim, uma inegável novidade, explicável à luz dos debates epistemológicos, teórico-conceituais e metodológicos do último meio século, conforme buscarei mostrar. Ao mesmo tempo, contudo, as raízes são muito antigas, além da existência de vários fios de continuidade, nos mais diversos países. O contexto histórico, primeiro dos últimos cinquenta ou sessenta anos, e

---

<sup>4</sup> Conforme eu já ressaltai alhures: vide SOUZA, 2019b, p. 27-29.

<sup>5</sup> Vide, p.ex., MÜLLER-MAHN; WARDENGA, 2005; De BÉLIZAL *et al.*, 2017.

depois, mais particularmente, das duas últimas décadas, faz toda a diferença, em comparação com o “vinho” (em certa medida saborosíssimo, a despeito de seus defeitos aos olhos de hoje) que correspondia à Geografia dita “clássica” ou “tradicional”.

Creio, sem embargo, ser forçoso admitir que ainda se faz necessário muito trabalho de fundamentação epistemológica para a Geografia Ambiental. O ceticismo em que ela a todo momento esbarra é a prova mais cabal disso, por mais que tampouco devamos imaginar que argumentos racionais serão suficientes para remover determinados obstáculos. Para contribuir com esse necessário esforço de elucidação, discussão e explicitação de elementos de fundamentação, eis que se oferece, no artigo que o leitor tem em mãos, a interpretação do enfoque da Geografia Ambiental como correspondendo a uma *Aufhebung* – termo-chave da Filosofia hegeliana que, costumeiramente traduzido para o português como “suprassunção”, equivale grosso modo a “superação”, e mais especificamente a uma superação dialética. Em que termos, porém, podemos ou devemos conceber essa “superação”, essa *Aufhebung*? O próprio conceito de *Aufhebung* (como tantas outras coisas na obra de Hegel) não é isento de controvérsias e uma certa aura de hermetismo, de modo que me esforçarei para esclarecer o seu significado, de um ponto de vista particular, simultaneamente à tarefa de examinar como ele pode servir para derramar luz quando do tratamento dessa tarefa difícil e intrincada que é justificar adequada e convincentemente uma “Geografia Ambiental”. O conceito de *Aufhebung*, aliás, em sua tradição original, hegeliana, carrega algumas limitações intrínsecas, sem que seja, só por isso, recomendável aposentá-lo – diversamente, é válido tentar reconfigurá-lo e torná-lo mais complexo e robusto, algo a ser empreendido, a meu ver, com o auxílio de outro filósofo, Cornelius Castoriadis.

O artigo está estruturado como segue: na **Seção 1**, será feita uma primeira aproximação, de cunho histórico, à ideia de uma “Geografia Ambiental”, com a finalidade de, ao traçar a sua genealogia, estabelecer de partida as características básicas que atestam a sua relativa novidade (e a sua legitimidade). Em seguida, na **Seção 2**, será focalizado um aspecto em particular, que é, entretanto, dos mais cruciais: a qualidade de enfoque (ou

“olhar”, ou perspectiva) da Geografia Ambiental aqui advogada, e não de um “novo ramo”; com isso, preparar-se-á o terreno para a discussão que virá depois, na **Seção 3**, acerca dos conceitos de bipolarização e *Aufhebung*, com os quais será, por assim dizer, quase completada a apresentação do enfoque em questão. O “quase” se justifica pelo fato de que a *Aufhebung*, em sua versão original, hegeliana (mantida inalterada pelo pensamento marxista em pelo menos um ponto fundamental), possui, conforme já dito, algumas limitações, que serão enfrentadas introdutoriamente na **Seção 4**, com a ajuda de Cornelius Castoriadis e sua “lógica dos magmas”. A **Conclusão**, por fim, arrematará a argumentação recorrendo à tese, por mim já dedilhada em trabalho anterior (cf. SOUZA, 2020:55-58), de que defender a Geografia Ambiental equivale a propor um novo “contrato epistemológico”.

## 1. Raízes de um discurso, reinvenção de um argumento

Ora, se a quintessência da Geografia Ambiental consiste em um “diálogo de saberes *intradisciplinar*”, em que medida poderíamos nela ver uma novidade? Afinal de contas, não teria sido a Geografia caracterizada (ao menos idealmente), desde sempre, conforme se dedilhou na **Introdução**, justamente por esse encontro (no sentido anglo-saxônico de *cultural encounter*) entre duas variantes de discurso científico e duas tradições de pesquisa, as ciências naturais e as ciências sociais? Para responder convincentemente a essas perguntas, faz-se mister proceder a um brevíssimo exame do que tem sido a história desse “diálogo de saberes” na disciplina.

Antes mesmo de adentrarmos a Geografia clássica, cabe principiar salientando que ainda o período da “pré-história” imediata da Geografia clássica, na primeira metade e até meados do século XIX, desconhecia qualquer divisão assentada e consensual em uma “Geografia Física” e uma “Geografia Humana”. Se tomarmos os casos de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), veremos que essa maneira de estruturar

o saber geográfico não tinha, para eles, o significado que passou a ter mais tarde, em fins do século XIX e no início do século seguinte. Até mesmo geógrafos de uma geração posterior, porém marginais no tocante ao *establishment* universitário, como os anarquistas Élisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921), pouparam-se de se ocupar com as relações entre os dois grandes ramos, devotando-se a praticar uma Geografia despreocupada no que se refere a limites subdisciplinares. A rigor, a forminha “disciplinar”, que seria consagrada pelas instituições universitárias, e que era um fermento igualmente para divisões intradisciplinares, lhes era fundamentalmente estranha, como havia sido estranha a Humboldt e Ritter. É somente nos decênios derradeiros do século XIX, com a consolidação paulatina da Geografia como uma disciplina acadêmica, que a divisão do campo disciplinar naqueles dois “macrorramos” assumirá uma feição definitiva. Os rótulos variaram um pouco no início (com os alemães, por exemplo, preferindo o termo *Anthropogeographie*, ou “Antropogeografia”, ao passo que os franceses, com a sua *géographie humaine*, acabaram vendo prevalecer sua nomenclatura), mas a essência era a mesma: dois ramos especializados; um, ligado à tradição dos naturalistas, enquanto o outro remeteria ao tipo de conhecimento das humanidades (ou das ciências da sociedade, ainda incipientes na virada do século XIX para o XX).<sup>6</sup>

De toda sorte, as tensões que iriam atormentar e assombrar a Geografia pós-clássica ainda se encontravam, no período clássico, em grande medida adormecidas ou, no máximo, em estágio larvar. Com efeito, os cânones da Geografia clássica preconizavam, como se sabe, um intercâmbio constante entre “Geografia Física” e “Geografia Humana”. Acreditava-se que a divisão em dois grandes ramos não deveria e não haveria de

---

<sup>6</sup> São convenientes algumas palavras sobre a periodização empregada no parágrafo. “Hoje, moderno; amanhã, clássico”, reza um antigo dito. Richard Hartshorne, que obviamente não se via a si próprio como um autor “clássico”, classificou Humboldt e Ritter, em *The Nature of Geography* (HARTSHORNE, 1977), como os principais expoentes do “classical period”. Ora, cada momento histórico sugerirá suas próprias lentes para lermos o passado, assim como cada empreitada de pesquisa ou reflexão específica, com seus propósitos particulares, condicionará os critérios de periodização. Para os presentes propósitos, tendo em mente a preocupação com a institucionalização acadêmica da Geografia, a sua “disciplinarização” acabada e, *last but not least*, a consolidação dos dois “macrorramos”, o “físico” e o “humano”, é de bom senso admitir que o tempo de Humboldt e Ritter não pode ser confundido com aquele de Ferdinand von Richthofen (1833-1905), Friedrich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de la Blache (1845-1918), Albrecht Penck (1858-1945), Halford Mackinder (1861-1947) e Jean Brunhes (1869-1930), por mais que a transição evidencie mais sutileza que saltos abruptos.



impedir uma interlocução e uma cooperação intensas, de modo a assegurar a tão propagada “unidade da Geografia”. Eram raras as vozes dissonantes, que profetizavam e até mesmo apoiavam uma separação entre aqueles dois ramos – caso do alemão Alfred Rühl, em um livro publicado em 1933, preocupado em garantir maior profundidade para as pesquisas em Geografia Econômica (cf. WEICHHART, 2003, p. 21).

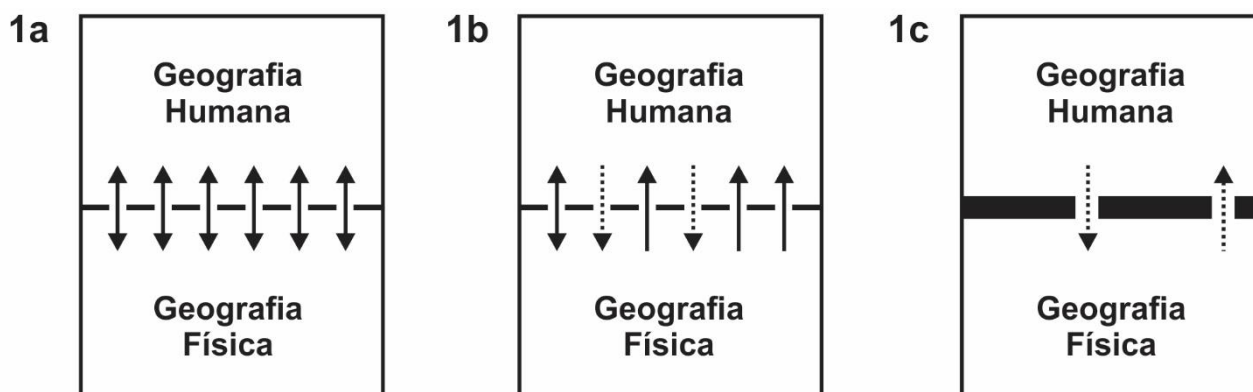
Entretanto, até que ponto os cânones foram respeitados e seguidos fielmente? Houve uma distância, às vezes considerável, entre o “modelo” e a realidade, até mesmo da parte de quem não questionava o figurino epistemológico da “ciência-ponte” ou “ciência de síntese”. O exemplo de Emmanuel de Martonne é assaz emblemático. Em seu famoso *Traité de géographie physique (Tratado de Geografia Física)*, publicado em 1909 (e que chegou a ganhar uma versão compacta, o “*Abrégé de géographie physique*”, em 1922, tamanha a sua popularidade), De Martonne dedicou, na segunda edição, em meio a um total de mais de 900 páginas, não mais que uma magra meia dúzia à presença e à influência humanas (cf. De MARTONNE, 1913) – o que correspondia a nada mais que uma menção paupérrima, meramente de passagem, ao comentar o assunto da domesticação de espécies animais e vegetais! O *Traité* foi substancialmente aumentado em edições posteriores, a ponto de ser, a partir da quarta, dividido em três volumes, sem que isso, modificassem em números relativos, o minúsculo espaço dedicado à sociedade.

É possível, entretanto, generalizar: a “Geografia Humana” procurou dialogar com a “Geografia Física” ou beber em suas fontes com mais frequência do que o inverso. Isso é fácil de explicar: se, para os “geógrafos humanos”, as chamadas “bases físicas” (a expressão já é sintomática) eram um alicerce obrigatório, para os “geógrafos físicos” o interesse pelos conhecimentos da “Geografia Humana” tinha um sentido de necessidade bem menor, ressalvadas as situações em que se aventuravam pelo planejamento espacial (notadamente rural e regional). Essa última situação pode ser ilustrada pelos trabalhos de Carl Troll, catedrático de Geografia Colonial (*Kolonialgeographie*), no âmbito de estudos aplicados (p.ex., TROLL, 1966a e 1966c). Houve, sem dúvida, várias exceções, e não somente no passado remoto: o provam, em plena segunda metade do século XX, a (aos

olhos de hoje) surpreendente proficiência do geógrafo-geomorfólogo Jean Tricart em conteúdos da “Geografia Humana”, muito particularmente – mas não só – da Geografia Agrária (cf. TRICART, 1994). São, mesmo assim, exceções que confirmam a regra, podemos dizer.

É lícito afirmar que as situações de colaboração sistemática entre geógrafos “humanos” e “físicos” existiam, mas eram um tanto excepcionais. O usual era que os “geógrafos humanos” tivessem um sólido conhecimento das (sintomaticamente) chamadas “bases físicas”, e, principalmente em campos como a Geografia Agrária e a Geografia Regional – talvez os dois de maior destaque até meados do século XX –, consultassem as obras pertinentes com frequência. De sua parte, os “geógrafos físicos”, conforme já apontado, recorriam aos conhecimentos de seus colegas “humanos” muito menos frequentemente. A **Fig. 1** nos traz, esquematicamente, a diferença entre os cânones epistemológicos que orientavam os geógrafos clássicos (**1a**), em que se preconizava ou supunha um intercâmbio intenso e um interesse recíproco mais ou menos simétrico, além de uma constante colaboração direta (indicada pela bidirecionalidade das setas), e a realidade cotidiana da relação entre geógrafos “humanos” e “físicos” (**1b**), em cujo âmbito havia uma notável assimetria de interesse pelo diálogo sistemático. Em **1c**, finalmente, vemos a situação que passou a prevalecer a partir das décadas de 1970 e 1980, com a rápida intensificação (ideológica e epistemologicamente motivada) do afastamento entre geógrafos “humanos” e “físicos”, mormente a partir do *radical turn* (e, com magnitude consideravelmente menor, também por influência da *humanistic geography*).

**Fig. 1:** Dos cânones clássicos à Geografia clássica “real”, e desta à ruptura dos anos 1970 e 1980: a evolução das relações entre “Geografia Humana” e “Geografia Física”.



Fonte: Elaboração própria.

As dificuldades de comunicação e intercâmbio entre os geógrafos, porém, não se restringiram à distância (ou ao muro ou fosso) entre as Geografias “Física” e “Humana”. De um lado, porque a própria “Geografia Física” começou a padecer, já relativamente cedo, de uma tendência à especialização exacerbada, com o sacrifício da visão de conjunto: não foi outra a razão pela qual, já antes da Segunda Guerra Mundial, Carl Troll propusera a *Landschaftsökologie* (também chamada, posteriormente, de *Geoökologie*) como antídoto (cf. TROLL, 1966a, p. 67),<sup>7</sup> o mesmo ocorrendo, uma geração depois, com Jean Tricart e sua *éco-géographie* (ou *écogéographie*) (TRICART; KILIAN, 1979; TRICART, 1994).<sup>8</sup> De outro lado, conquanto a fragmentação precoce da “Geografia Física” não tenha tido um correspondente similar no caso da “Geografia Humana”, esta tampouco esteve imune a poderosas forças centrífugas: a preferência pelo diálogo extrageográfico (de geógrafos culturais com a Antropologia, de geógrafos econômicos com a Economia, de geógrafos políticos com a Ciência Política, e assim sucessivamente) se manifestará, mais

<sup>7</sup> Vide, ainda, sobre a abordagem proposta por Carl Troll, os seguintes trabalhos, entre outros: TROLL, 1966b, 1966d, 1966e e 1966f.

<sup>8</sup> O resultado dessa hiperespecialização, na esteira da qual alguns campos (notadamente a Geomorfologia) passaram a se declarar autônomos da Geografia, é que se tornou absolutamente comum, hoje em dia, que geomorfólogos, climatólogos, biogeógrafos e pedólogos se sintam inseguros ao serem instados a demonstrar (por exemplo, diante da necessidade de ministrar um curso em nível de graduação) um domínio, básico que seja, das diversas subespecialidades da “Geografia Física”.

e mais, a partir dos anos 1980, em detrimento da interlocução intrageográfica – um “dano colateral” (e desnecessário) da maior abertura para com as trocas interdisciplinares, a qual, em si, foi evidentemente algo muito positivo. O edifício da “*Einheitsgeographie*” (Geografia unitária), para usar a expressão comum entre os geógrafos alemães, vem, portanto, apresentando rachaduras e fissuras as mais variadas, algumas delas há bastante tempo. Ainda assim, a Geografia clássica manteve-se suficientemente coesa até o seu ocaso (que podemos situar, *grosso modo* e com variações de país para país, entre os anos 1960 e 1970). Como se conseguiu, apesar das contradições, das eventuais sensações de desconforto e das objeções esporádicas, sustentar a integridade do campo disciplinar por cerca de um século? Que argamassa foi usada para manter unidos blocos aparentemente tão heterogêneos? O que foi posto à prova e, finalmente, mostrou-se incapaz de resistir às críticas que se foram avolumando na segunda metade do século XX?

A Geografia dos clássicos se apresentava como uma “ciência de síntese”, uma “ciência-ponte” (*Brückenfach*, em alemão) entre o estudo da natureza e o da sociedade. O que se praticava, contudo, era menos uma *síntese* que um *sincretismo*. O sincretismo (é bem verdade que, muitas vezes, útil e inspirador) distingue-se da síntese na medida em que esta tem como premissa a possibilidade de superar os componentes originais, no mínimo recontextualizando-os de forma a dar-lhes um novo papel e um novo significado, a reboque da formulação de *problemas* que atuem como faróis; e isto tudo só se alcança quando há, por trás do trabalho empírico, um arcabouço teórico-conceitual que confira coerência e garanta profundidade. O sincretismo, em contraste, é um arranjo em que a superação e recontextualização das partes originais é mais aparente que real, com o todo assemelhando-se, muitas vezes, a uma justaposição ou combinação superficial das partes, e não a uma integração. Seria injusto, entretanto, confundir os arranjos sincréticos com uma dicotomia pura e simples; no caso da Geografia clássica, havia esforço de intercâmbio e, por mais que as assimetrias fossem reais, havia interdependência e diálogo.

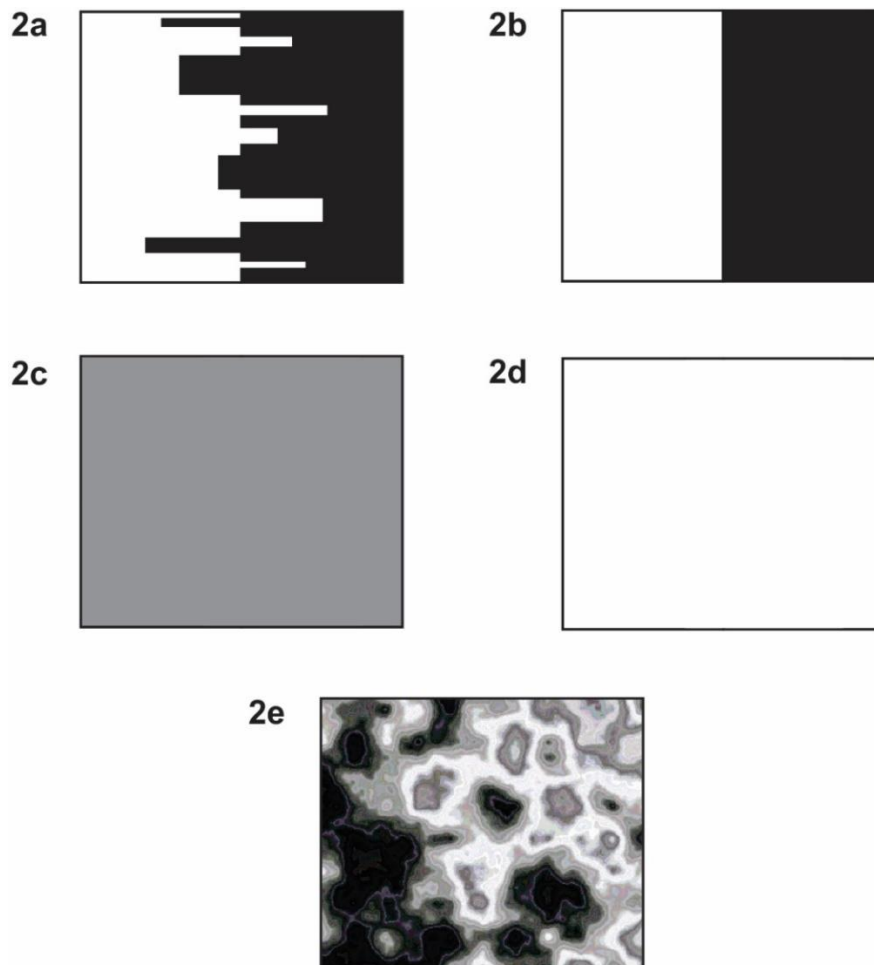
Em embargo, tampouco se deveria confundir a síntese com a homogeneização ou a pasteurização advogada, por exemplo, pelo positivismo lógico e por todos aqueles que

acreditam em um único caminho a ser trilhado, uniformemente, tanto pela pesquisa social quanto pela pesquisa natural. Isso pode se passar por uma eliminação das discrepâncias de modo congruente e redundando em uma situação em que todos se situam em pé de igualdade, mas termina sendo, isso sim, a *anulação do Outro*: não uma superação de dois componentes originais em favor de um terceiro, qualitativamente distinto de ambos, mas sim um quadro que implica uma *subalternização* de um pelo outro. É o que inevitavelmente ocorre quando se tenta “unificar” a pesquisa natural e social com a ajuda de um “método científico único” ou de alguma linguagem ou algum artifício costurador e supostamente universal, como a Matemática ou a Teoria Geral dos Sistemas, sempre sob inspiração das ciências da natureza (e especialmente da Física).

A **Fig. 2** retrata diferentes situações a propósito da interação entre domínios epistêmicos distintos (e do desdobramento de tal relacionamento). Em **2a**, temos o sincretismo que reside na mistura heteróclita de elementos que são combinados, mas não integrados em profundidade, a reboque de uma teorização robusta que dê coerência explícita e fecundidade generalizadora ao todo que emerge. Em contraste, em **2b** é apresentada uma dicotomia em sentido estrito: os dois domínios epistêmicos existem paralelamente, praticamente sem se comunicar. Já **2c** representa uma síntese, sim, mas problemática (assunto que será retomado, em um plano mais diretamente filosófico, na **Seção 3**, mais adiante): a superação das especificidades dos dois componentes originais se dá em favor de uma completa dissolução daquelas especificidades – o que, além de constituir um modelo quiçá pouco produtivo, porquanto frequentemente irrealista, promete apagar toda e qualquer diferença inicial, o que talvez seja epistêmica, ética e culturalmente nocivo e indesejável. **2d**, de sua parte, ilustra uma situação que encerra um evidente autoritarismo: um dos domínios epistêmicos se impõe sobre o outro. Por fim, em **2e**, vemos uma síntese bem distinta daquela retratada em **2c**: percebe-se, nela, uma simultânea superação dos componentes originais com, não obstante, a preservação de di-

ferenças, ainda que de maneira verdadeiramente complexa e infensa a linearismos e cartesianismos. Esse seria o tipo de síntese que pode propiciar uma *unidade na diversidade*, como projeto sempre em aberto (voltaremos a essa modalidade de síntese na **Seção 3**).

**Figura 2:** Diferentes possibilidades de interação entre domínios epistêmicos distintos.



Fonte: Elaboração própria.

Quando William Pattison publicou, em 1964, o seu influente e tantas vezes citado artigo sobre as “quatro tradições da Geografia” (PATTISON, 1990), aquela tradição conhecida por *man-land* (“homem/meio”, em tradução livre) foi apontada por ele como a mais popular. Conquanto tivesse sido prejudicada pela estreita associação com ideias deterministas em algumas circunstâncias no passado – sem jamais se deixar reduzir a isso,

como evidenciado pela importância de Carl O. Sauer na primeira metade do século XX –, ela ainda não havia perdido o seu apelo naquela época. As outras três tradições identificadas por Pattison eram a da Geografia enquanto “ciência da Terra” (*earth science*), ou seja, a da “Geografia Física” convencional; a dos “estudos de área” (*area studies*), quer dizer, a tradição corológica/corográfica ou de “diferenciação de áreas”, que vai da Antiguidade (basta recordar Estrabão) até Carl Ritter, e deste até Richard Hartshorne, passando pelo luminar (sempre reverenciado, nem sempre compreendido) que foi o geógrafo alemão Alfred Hettner; e, finalmente, a da Geografia enquanto ciência da análise espacial, que era a tradição que, na esteira da “revolução quantitativa”, começava, em meados dos anos 1960, a conquistar os corações e as mentes. Se levarmos em conta que a tradição corológica/corográfica guardava uma não pequena afinidade com a curiosidade pelos vínculos que ligariam o “homem” ao seu “meio”, em que pesem as divergências conceituais e de ênfase metodológica (exemplificadas pela polêmica entre Sauer e Hartshorne, que examinarei *en passant* na nota 10), concluiremos sem esforço que a tradição “homem/meio” correspondeu àquilo que deu à Geografia sua mais característica marca de identidade disciplinar. Essa marca, contudo, não se provaria indelével: mesmo tendo uma popularidade inquestionável durante mais de um século, ela foi profundamente abalada e desacreditada em seu âmago durante os anos 1970 e 1980. A “ponte”, enfim, estava sendo dinamitada.

Como já foi comentado, até mesmo no interior da “Geografia Física” se notava, desde o período entreguerras, uma certa *malaise*, com a hiperespecialização e o gradual enfraquecimento da integração interna. Estava sendo feita uma aposta cada vez mais desequilibrada na verticalização dos conhecimentos, em desfavor da horizontalização ou contextualização, subestimando-se a relevância estratégica desta última. Foi essa fragmentação da “Geografia Física” que levou, aliás, à escassez de debates teórico-conceituais e de políticas públicas propriamente *ambientais*, bem como ao insuficiente investimento em conceitos mais abrangentes, para não dizer totalizantes – com exceção do

problemático conceito de “geossistema”<sup>9</sup> e de suas derivações, aos quais se pode acrescentar “paisagem” e “território”, compreendidos, no entanto, de maneira bastante peculiar.<sup>10</sup> As reações de Carl Troll e, uma geração depois, de Jean Tricart, foram tentativas de oferecer uma terapia contra essas tendências centrífugas, lucidamente compreendidas como perniciosas, e que tanto Troll quanto Tricart buscaram enfrentar com a ajuda

---

<sup>9</sup> O conceito de “geossistema”, oferecido pelos geógrafos (inicialmente soviéticos e, depois, sobretudo franceses) como uma espécie de “alternativa superior” (porquanto mais ampla e mais diretamente espacializada) ao “ecossistema” dos biólogos (vide, sobre o conceito de “geossistema”, p.ex., BERTRAND, 1968; BEROUTCHACHVILI; BERTRAND, 1978), redundou em não muito mais que um parcial fiasco. O geógrafo-climatólogo brasileiro Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, um entusiasta do conceito em questão (logo, insuspeito de qualquer antipatia para com ele), admitiu, em um balanço de colorido autobiográfico (MONTEIRO, 2001), que os “geossistemas” não se difundiram entre os geógrafos como era esperado e desejado, fracassando em se afirmar como um “paradigma” ou algo que o valha. Monteiro é parcimonioso ao abordar as arestas desse conceito, mas uma lacuna, em especial, deve ser aqui ressaltada: a redução da sociedade a um mero “fator” entre outros tantos (“fator antrópico”, “ação antrópica”), simplismo do qual ele também não soube escapar, ainda que reconhecendo a dificuldade de “antropizar o geossistema” (cf. pág. 61).

<sup>10</sup> À medida em que o século XX avançava, os “geógrafos físicos”, de um modo geral, foram se devotando cada vez menos a esforços de integração, esmaecendo o seu interesse por visões de conjunto, em favor de uma especialização crescente. Conceitos de largo escopo (ainda que prejudicados pelo empirismo da época), que tinham sido os carros-chefes da Geografia clássica, como a *Landschaft* dos alemães e o *milieu*, a *paysage* e a *région* dos franceses, foram sendo menos e menos apreciados, perdendo prestígio em favor de termos e conceitos específicos e aparentemente mais operacionais (ou assim encarados, dentro de um campo de visão epistêmico mais estreito). Fossem aqueles conceitos de matriz geomorfológica (domínios morfoestruturais, modelados de acumulação, aplanamento e dissecação, tectônica de falha, *cuesta*, *Inselberg*, erosão e intemperismo, rampa de colúvio etc.), fossem aqueles de matriz climatológica (micro, meso e macroclima, frente e frontogênese, ciclone e anticiclone, células de circulação, convergência, *El Niño*, tufão/furacão, sistemas de alta e baixa pressão, albedo etc.), ou até mesmo aqueles de cunho biogeográfico ou ecológico, às vezes de índole bastante integradora (como ecossistema, bioma, biota, habitat, nicho ecológico, biótopo/ecótopo e ecótono, ao lado de conceitos mais específicos, como processos dispersionistas e vicariantes, espécie e subespécie): a inclinação passou a ser muito mais por verticalizar o conhecimento que por horizontalizá-lo e contextualizá-lo. A edificação do conceito de “geossistema”, brevemente examinado na nota anterior, foi e tem sido, para muitos geógrafos, como que a busca (um tanto decepcionante) de uma espécie de Santo Graal conceitual; seja lá como for, foi ele o que mais se aproximou (ao lado de conceitos associados, como “geofácies”, “geótopo”, “geômero” e “geócoro”), em um momento já posterior ao ocaso da Geografia clássica, e que se estende até os nossos dias, de um empenho por reintegração de dimensões. Muitas vezes, em associação com os “geossistemas”, valorizou-se, igualmente, os conceitos de “paisagem” e “território” – se bem que, na realidade, “valorizar” seja, aqui, força de expressão, dado que as complexas ideias de *Landschaft* e *paysage* dos clássicos (cujos problemas intrínsecos serão rapidamente vistos na próxima seção) foram substituídas por uma empobrecida abordagem formalista, ao passo que o “território”, de sua parte, comparece irreconhecível, para quem, na pesquisa sócio-espacial, se acostumou a entendê-lo como uma projeção espacial das relações de poder. Esbarrando em obstáculos de impossível transposição sem uma abertura mais convincente para com os processos de produção social do espaço, não é de se estranhar, assim, que os “geógrafos físicos” tenham sido reticentes ou superficiais ao tratar de temas como legislação ambiental (*stricto sensu* e mesmo *lato sensu*, neste último caso englobando as legislações urbana e agrária) e normas e unidades de manejo (ou, mais amplamente, planejamento e gestão ambientais), que raramente são focalizados criticamente em seus conteúdos específicos (destacando-se os viesamentos e as limitações estruturais do aparelho de Estado); isso quando não são, pura e simplesmente, deixados de lado durante os cursos de graduação e pós-graduação, sendo o Brasil é um cabal exemplo dessa negligência. (Quanto aos “geógrafos humanos”, estes igualmente descuram esses assuntos, mas por outra razão: a ojeriza de muitos por tudo o que lembre a “Geografia Física” e as ciências da natureza).



do “paradigma” ecológico, integrador por definição (é irônico, aliás, que, em uma época em que o sucesso desse “paradigma” só tendia a aumentar, os alertas ou as advertências de Troll e Tricart tenham encontrado uma ressonância tão limitada entre os geógrafos).

Seja lá como for, o estardalhaço epistemológico, na denúncia e na crítica da Geografia clássica e da tradição da “ponte”, partiu da “Geografia Humana”, ao passo que os “geógrafos físicos” simplesmente, prosseguiram e aceleraram, sem alarde, o seu afastamento intelectual e emocional (e, às vezes, institucional) do corpo principal da disciplina. Conquanto eles tenham, conforme argumentou-se parágrafos atrás, muitas vezes sido os primeiros a não transitar com muita frequência ou muito entusiasmo pela “ponte” geográfica, coube aos seus colegas “humanos”, principalmente com a “virada crítica” e sua tentativa de redesenho da Geografia como uma “ciência social pura” (uma autêntica e anacrônica estratégia de “purificação”, para usar o termo de LATOUR [1994]), o ônus de colocar os últimos explosivos sob a “ponte” e acionar o detonador.

Para os *radical geographers* de figurino neomarxista (influenciados pelo Marxismo Ocidental da Escola de Frankfurt ou, mais frequentemente, de Henri Lefebvre), o que contava era a máxima sociológica, herdada já de Weber e Durkheim, conforme a qual os fenômenos sociais só se podem explicar socialmente – uma peça de sabedoria, à primeira vista, irrepreensível, mas que acabou gerando o *side effect* de “desmaterializar” grande parte da análise social, incluindo-se aí o hábito de fazer de conta que condicionamentos de processos sociais por fragilidades ecossistêmicas, eventos climáticos extremos etc. não passam de quimera (ou de “determinismo geográfico”). Porém, há mais. Segundo a célebre chave interpretativa da “dialética do Iluminismo” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006), alguém como Newton (o *conhecimento* da natureza) é indissociável de alguém como Bacon ou Descartes (a apologia da *dominação* da natureza); daí para uma visão preconceituosa sobre as ciências naturais, foi um pulo. O projeto do Iluminismo (*Aufklärung*) seria, segundo Horkheimer e Adorno, inerentemente contraditório, e o pior é que a potência libertadora da Razão (*Vernunft*) estaria quase que condenada a ser esmagada pela potência liberticida da Razão Instrumental (*instrumentelle Vernunft*). O

preço dos avanços científico-tecnológicos seria, com efeito, a tendência de uma contradição imanente inarredavelmente conduzindo a uma exacerbação do controle dos seres humanos pela ciência e pela tecnologia por eles mesmos criadas, a um aumento da alienação e da repressão, a um abismo civilizatório. Como quem conta um conto aumenta um ponto, as ciências da natureza – “Geografia Física” incluída – passaram a ser encaradas por muitos intelectuais e pesquisadores sociais, chegando até os geógrafos neomarxistas, como inerentemente positivistas, tecnocráticas e alienantes. Sacrificou-se, com isso, a possibilidade não só de aprendermos mais com as contradições do projeto da modernidade e do Iluminismo, mas também de investir em saídas que não passem por uma simples (e simplista) negação. A especulação frankfurtiana, a despeito de sua excruciantemente dolorosa lucidez, fez o sentimento humanista aparecer sob a luz de uma tendencial incompatibilidade com as ciências da natureza. Entrementes, abrigadas sob o manto mal costurado de uma recusa peremptória da “civilização”, bolhas ideológicas conhecidas por “*deep ecology*”, “primitivismo” etc. levam ao paroxismo o desespero frankfurtiano, sem o consolo de seu charme e erudição. Quem se arriscaria a proclamar que isso possa ser tomado como a última palavra?

Interessantemente, algumas gerações antes dos *radical geographers* de língua inglesa começarem a pontificar sobre como a heterogeneidade epistemológica da Geografia era um fardo do qual era preciso livrar-se, o geógrafo francês Élisée Reclus – que, como revolucionário anarquista e pensador dialético era insuspeito de conservadorismo ou positivismo – havia dado um genial exemplo, sobretudo em sua obra-prima, *L’Homme et la Terre* (RECLUS, 1905-1908), de como era perfeitamente possível valorizar e aprofundar-se sobre a *zweite Natur*, sobre o *nómos*, sobre as relações sociais, sem nem por isso descurar e muito menos excluir a *erste Natur*, a *physis*, os processos geobiofísicos. Desgraçadamente, Reclus (assim como seu amigo e camarada anarquista, também geógrafo, Piotr Kropotkin), ainda que citado pelos neomarxistas como uma espécie de precursor da *radical geography*, não foi realmente resgatado antes dos anos 1990 (descontando-se alguns esforços muito pontuais e limitados, como o de Yves Lacoste, na França).

Após esse percurso, pergunte-se: teria a Geografia clássica, com seu sincretismo empirista, com sua contumaz (e ingênua) arrogância de “ciência do concreto” (Brunhes), deixado um legado que mereceria, apesar de suas falhas e lacunas, ser deletado sem deixar traços? Não seria o caso de indagar se o bebê não foi atirado fora junto com a água do banho (para apelar ao lugar-comum)? Não seria lícito colocar a questão, finalmente, sobre se não haveria algo a aprender com o passado, mesmo sem ter a menor intenção (independentemente de existirem as condições para tanto, o que não é o caso) de revivê-lo?

Se a Geografia Ambiental contemporânea se justifica pela imperiosa necessidade de (re)valorizar aquilo que a Geografia clássica tanto valorizou, por mais que o fizesse de maneira empirista – os objetos de conhecimento híbridos, cujos desafios serão vistos em detalhe na **Seção 2** –, e se é certo, à luz da história da disciplina, que esse olhar integrador deita raízes profundas no passado, não menos certo, sem embargo, que uma “Geografia Ambiental”, hoje, necessita deixar claro como pretende ultrapassar esse passado, a título de preservar a lição positiva que dele se pode tirar. Em outras palavras: a “Geografia Ambiental” emergente é uma *reinvenção*, com novas características e em um novo contexto epistemológico (e histórico, em última análise). Porém, em que termos? Pode-se dizer que o “novo”, aí, tem a ver com duas novidades (em comparação com a velha *man-land tradition* sobre a qual discorreu William Pattison).

A primeira novidade: *sofisticação teórico-conceitual, superação do desapareço empirista pela teorização e grande valorização do intercâmbio interdisciplinar*. Isso é, precisamente, uma parte substancial daquilo que a “virada crítica” dos anos 1970 e 1980 trouxe de positivo (mas que, é forçoso reconhecer, tinha sido colocado sobre a mesa já antes, nos anos 1960, com a oposição da *new geography* neopositivista à Geografia clássica). As características principais são: 1) partir de *problemas*, em vez de apenas delinear *temas*, para em seguida descrever e catalogar empiricamente o que aparecer pela frente; 2) explicitar e refletir sobre as bases teórico-conceituais e metodológicas, suas potencialidades e limitações. A essas exigências, a Geografia Ambiental acrescenta uma terceira:

valorizar a construção de objetos de conhecimento híbridos com plena consciência dos limites de integração de dados, informações e matrizes teóricas.

Segunda novidade: *modéstia epistemológica*; um esforço de legitimação que não esmaga e não anula o Outro. Por um lado, é bem verdade que não são somente os objetos de conhecimento explícita e fortemente híbridos que não devem ignorar o entrelaçamento visceral de “natureza” e “sociedade” (a rigor, até mesmo “entrelaçamento visceral” coloca uma ênfase insuficiente sobre a complexidade do assunto...). Nenhuma – e que seja repetido e grifado: *nenhuma* – pesquisa em Geografia (ou em qualquer área) pode ser dar ao luxo de desconhecer que, a despeito das diferenças ontológicas (com consequências epistemológicas e metodológicas) entre a sociedade (*zweite Natur*, “natureza segunda”) e a natureza não humana (*erste Natur*, “natureza primeira”), não há uma separação: a sociedade representa, assim, uma “ruptura integrada” (SOUZA, 2016, p. 25) com a natureza não humana. Com isso, diferentemente da “Geografia Física” convencional e da “Geografia Humana” que aspira a ser “puro sangue”, a *Ecogeografia* (a linhagem de Tricart, que não reduz a sociedade a uma mero “fator antrópico”) e a *Geografia Social* (a linhagem de Reclus, em que o *nómos* não exclui a *physis*) não constituem nenhuma concessão a qualquer sanha “purificadora”, mas sim o bom senso de admitir que pesquisas podem ser legítimas e úteis mesmo quando não persigam a meta de uma combinação de métodos, teorias e conceitos das pesquisas natural e social ou, mais superficialmente, de uma integração extensiva de dados e informações cujas proveniências remetem a trabalhos de pesquisa social e natural, ainda que sem chegar a articular métodos e teorias. Não obstante, o que importa é que a *Ecogeografia* (que, claro está, não é meramente um outro nome para a Geografia Física) e a *Geografia Social* (idem com relação à Geografia Humana) se caracterizam pela *atenção para com o Outro*. É o que distingue a primeira de uma “Geografia Física” que banaliza e faz abstração da sociedade, e a segunda de uma “Geografia Humana” que descuida de aspectos cruciais da materialidade do mundo.

A segunda novidade, contudo, seria vazia sem a primeira: somente a sofisticação teórico-conceitual poderá evitar que se reproduza, em escala agora reduzida, o empirismo, que foi o principal calcanhar de Aquiles da Geografia dita tradicional. É chegado o momento, então, de examinar melhor o perfil dessa sofisticação teórico-conceitual, o que será feito, na próxima seção, recorrendo-se à discussão dos objetos de conhecimento híbridos.

## 2. O foco na construção de objetos de conhecimento híbridos

Salientei, em trabalho anterior (SOUZA, 2019b), a característica da Geografia Ambiental enquanto um *enfoque*, e não um “ramo” da Geografia. Uma vez que a Geografia Ambiental (como, aliás, a Geografia como um todo, e também qualquer outro campo do saber) está aberta a interpretações, isso não é necessariamente um consenso absoluto, mas sim uma qualidade mais que desejável e muito bem-vinda.<sup>11</sup> Por que reivindicar isso? Por que não caracterizar a Geografia Ambiental como um (novo) “ramo”? O que implica, afinal, ser um “ramo”, uma “subdisciplina”? O que isso teria de negativo ou pernicioso?

Os pressupostos são antipáticos, mas o pior são as consequências. A lógica da “territorialização”, com suas “fronteiras”, “alfândegas” e “patrulhas”, cria excludências e competições onde, na realidade, deve haver cooperação. Os geógrafos que colaborarão entre si, direta ou indiretamente, por meio de suas experiências e seus conhecimentos, para elucidar problemas atinentes à Geografia Ambiental, podem ter tido o seu treinamento e a sua trajetória profissional nos estudos urbanos ou rurais, na Geomorfologia ou na Climatologia. Aliás, isso não quer dizer que deixarão para trás suas origens e seus campos de pesquisa usuais: não se trata de abdicar de coisa alguma, mas sim de participar de

---

<sup>11</sup> Travei contato, recentemente, com a caracterização, feita por Gerardo Bocco e Pedro Urquijo, da Geografia Ambiental como uma “*mirada*” (olhar) (BOCCO; URQUIJO, 2013, pp. 76, 78, 94). Infelizmente, a proposta, que à primeira vista é semelhante à minha sugestão de se cultivar a Geografia Ambiental como um enfoque, é deixada praticamente “no ar”, pois não se oferecem muitas explicações para a escolha feita.

um esforço de geração de sinergia intelectual, graças à convergência de olhares, à combinação de expertises. Importa muito menos, assim, *de onde se vem*, e muito mais *para onde se quer ir*. Origens diversas (que não são apagadas) são fonte de enriquecimento temático, teórico-conceitual e metodológico. Faz-se necessário, portanto, abandonar a lógica das “territorializações epistêmicas”, que define a identidade de um processo de construção do objeto de conhecimento de modo exclusivista: “Geografia Urbana”, “Geografia Agrária”, “Geomorfologia”, “Climatologia”...

A ideia de um “meio-termo” ou “campo intermediário” (*middle ground*), esposada por geógrafos anglófonos para caracterizar a *environmental geography* (vide, p.ex., CASTREE, 2005 e 2014), assim como aquela de um “terceiro pilar” (*dritte Säule*), adotada por geógrafos de língua alemã para caracterizar o que eles têm denominado *integrative Geographie* ou *integrierte Geographie* (ver, p.ex., WARDENGA; WEICHHART, 2007; WEICHHART, 2003, 2005 e 2008), é sensata em seu realismo, pecando, porém, por não necessariamente afastar qualquer dúvida de que não se está a reivindicar um terceiro “território” subdisciplinar, mas, sim, meramente apoiando um enfoque.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> A fórmula do “*dritter eigenständiger geographischer Arbeitsbereich*” (“terceiro campo de trabalho geográfico autônomo”), empregada por WEICHHART (2005, p. 113), soa, no mínimo, ambígua. Curiosamente, esse autor utiliza a ideia de “perspectiva de abordagem” (*Betrachtungsperspektive*), mas, por assim dizer, no lugar errado, ao desontologizar radicalmente a pesquisa social e natural: segundo ele, qualquer objeto de conhecimento pode ser investigado sob o ângulo da investigação natural ou social, não havendo necessidade de “nenhuma pressuposição sobre a estrutura ontológica da realidade” (“*keine Vorannahmen über die ontologische Struktur der Realität*”: WEICHHART, 2005, p. 114, grifado no original); mas ao fazer isso, ele não parece perceber que as especificidades de cada uma daquelas perspectivas, a natural e a social, guardam uma estreita ligação, em última instância, com as particularidades de dois *modos de ser* diferentes. Concomitantemente, Weichhart, ao considerar que os estudos relativos ao “terceiro pilar”, isto é, à pesquisa sobre os vínculos entre a sociedade e seu ambiente (*Gesellschaft-Umwelt-Forschung*), são de cunho epistemologicamente social na sua essência – devido ao fato, em si mesmo inquestionável, de que os processos, as formas e as dinâmicas que afetam e interessam à sociedade fazem parte da esfera da experiência humana –, potencialmente esvazia a pesquisa natural de sua importância metodológica (o que, fatalmente, dentro da própria Geografia Ambiental, acabaria conduzindo ao um tipo de problema já lamentado por vários estudiosos que se dedicam ao campo interdisciplinar da Ecologia Política, ao verem este dar muito menos atenção do que deveria à dimensão propriamente geobiofísica). Essa posição foi repetida pelo autor em Weichhart (2008), com um tom ainda mais claramente social-construcionista. É irônico, portanto, que essa equivocada desontologização propugnada por Weichhart leve a que se trate o “terceiro pilar”, no fundo, como um “novo” território subdisciplinar, distinto tanto da Geografia Física quanto da Geografia Humana, e não – como seria muito mais produtivo, justo e razoável – enquanto uma convergência de esforços de geógrafos humanos e físicos (que não precisam se desconstituir enquanto tal para cooperar entre si na construção de objetos de conhecimento híbridos).

O enfoque (a perspectiva, o “olhar”) equivale a um “estado de espírito”, a uma maneira de ver o mundo e de praticar a Geografia. Porém, se estamos diante de um enfoque, o que é, enfim, aquilo que é posto em foco, o ponto para o qual convergirão as nossas atenções e preocupações? A resposta, sinteticamente, é: a construção de *objetos de conhecimento híbridos*.

A menção aos “híbridos” tornou-se mais ou menos corriqueira, ou pelo menos bastante conhecida na Filosofia, nas ciências da sociedade e nas humanidades, especialmente após a publicação, no início da década de 1990, de *Nós jamais fomos modernos*, de Bruno Latour (1994). Desde então, ao menos em alguns círculos, fazer alusão aos “híbridos” tornou-se uma coqueluche, chegando-se até a postular que estaria em construção algo como uma “Teoria dos Híbridos”, a costurar campos distintos como os estudos feministas, a reflexão dita “pós-colonial”, os *urban studies* e, mais amplamente, grande parte da pesquisa social, notadamente na Sociologia e na Antropologia. A Geografia, de sua parte, não tem estado impassível perante essa movimentação, e também nela se vem dando uma recepção da obra de Bruno Latour (e de outros “teóricos dos híbridos”): o artigo de Swyngedouw (1996) sobre a “cidade enquanto um híbrido” foi uma das primeiras ilustrações disso, e poucos anos depois o mesmo autor publicou outro artigo marcante, na mesma linha, mas desta feita sobre a “waterscape” espanhola (SWYNGEDOUW, 1999); Zierhofer (1999), com sua reflexão sobre uma “Geografia dos Híbridos”, foi pioneiro no âmbito da Geografia alemã; e também vale a pena citar o artigo de Robbins (2001), aparecido oito anos após a tradução para o inglês de *Nous n’avon jamais été modernes*. Esses são apenas alguns poucos exemplos, dentre os vários que poderiam ser destacados, em matéria de reações positivas à contribuição de Latour, já relativamente cedo, por parte dos geógrafos. Nos marcos da constituição do hibridismo como um tema vertebrador (dirão talvez alguns, sem muito rigor: um “paradigma”), os mais variados aspectos das práticas sociais e discursivas têm sido alcançados pelo rótulo “híbridos”.

Neste ensaio, importa um tipo específico de hibridismo, que é, aliás, aquele com que mormente se ocupou o próprio Latour: as misturas complexas entre natureza e cultura (ou sociedade).

O que significa, entretanto, ser *híbrido*? Na Biologia, diz-se “híbrido” de um animal resultante do cruzamento de espécies diferentes. Em seu curtíssimo, porém erudito artigo etimológico, Warren (1884) nos informa que “os romanos entendiam por *hybrida*, estritamente falando, a progênie de um javali e uma porca” (pág. 501). Estamos, portanto, a falar de misturas, de mestiçagens, de cruzamentos – em princípio literalmente, mas que admitem e têm admitido, por óbvio, um sentido figurado – entre “espécies diferentes”. Se, no plano biológico, os indivíduos derivados de tais cruzamentos são, muitas vezes (mas nem sempre) estéreis, com relação a saberes não há por que ser assim – muito pelo contrário: daí, justamente dessa diversidade de origens, é que pode vir a riqueza. Há que se acautelar, porém: qual será a consistência do conhecimento resultante da combinação de conhecimentos muito diferentes? Na gastronomia (que seja perdoada mais uma metáfora), combinar ingredientes diversos é uma arte que, se bem praticada, redundava em prazer; mas, se mal praticada, pode terminar em indigestão ou, no mínimo, revelar-se frustrante.

A Geografia clássica se valia de conceitos como *Landschaft*, *paysage* e *région* que, à sua maneira, tentavam capturar situações de hibridismo. Infelizmente, o empirismo determinou que se lograsse antes um *sincretismo* que uma verdadeira *síntese*, como se viu na seção precedente. Entre os alemães, o conceito de *Landschaft*, apresentado pelos clássicos como o suprassumo do holismo geográfico – a concentrar as expectativas de uma busca pelo “todo”, para além da “soma das partes”<sup>13</sup> – começou a ser posto na berlinda;

---

<sup>13</sup> “Sob o termo *paisagem* entendemos algo muito concreto: a imensa abundância da existência terrena. Tudo o que está presente no envoltório da Terra constitui a paisagem: montanhas, planícies, mares, lagos, ar, plantas, animais, os humanos como seres biológicos, sociais, econômicos e mentalmente ativos, os campos, os edifícios, o tráfego – tudo isso, em toda a sua presença e interferência, é o que define a paisagem.” (CAROL, 1956, p. 114). (Em alemão, no original: “Unter dem Begriff *Landschaft* verstehen wir etwas durchaus Konkretes: die ungeheure Fülle des irdischen Daseins. Alles, was in der Erdhülle vorhanden ist, konstituiert die *Landschaft*: Berge, Ebenen, Meere, Seen, Luft, Pflanzen, Tiere, der Mensch als biologisches, soziales, wirtschaftendes und geistig tätiges Wesen, Felder, Gebäude, Verkehr - all das in seinem gesamten Vorhandensein und seiner Interferenz macht die *Landschaft* aus.”)



os debates em torno de suas limitações e armadilhas mostraram-se dilacerantes, até mesmo traumáticos, a partir dos anos 1960 (o Congresso de Geógrafos de Kiel, em 1969, foi um divisor de águas) e do início da década seguinte. Gerhard Hard, entre outros, foi implacável em sua crítica do conceito de *Landschaft*, argumentando que os geógrafos, ao descolarem a noção de sua conotação mais restrita de imagem (*Bild*) ou face visível do espaço, que é aquela que encontramos nas artes plásticas (pinturas de paisagens) e na teoria estética, se enredaram em um cipoal de significados e dificuldades: ao equipararem a *Landschaft* a uma porção específica da superfície terrestre (um microcosmos), atribuindo ao conjunto de fatores e elementos uma espécie de integração total e harmônica, sem descompassos e contradições, os geógrafos teriam embarcado em uma mistificação, reificando um constructo pouco racional e inconsistente (HARD, 2002). Na França, analogamente, e de maneira mais politizada, Yves Lacoste submeteu o conceito de região (*région*) lablaciano a uma impiedosa desconstrução (LACOSTE, 1988). Olhando pelo retrovisor, as objeções de Hard, Lacoste e tantos outros, embora permaneçam largamente válidas em si mesmas, se assemelham a um ajuste de contas que, enfático e quase virulento (quicá por necessidade), deixou na sombra qualidades e preocupações que merecem, hoje em dia, ser recuperadas, sem que seja o caso de exumar e tentar reviver os conceitos e procedimentos da Geografia clássica – a começar pelo seu funcionalismo empirista.

Retornemos a Latour e aos “híbridos”. Para ele, os híbridos sempre existiram; o projeto da modernidade é que, obcecado com uma “purificação”, tem como um de seus pilares ontológicos a diferenciação entre sociedade e natureza. No entanto, como argumentou aquele autor, essa sanha purificadora não faz mais que desaguar em uma ilusão,

---

Essa “inflação epistêmica” expressa no conceito de *Landschaft* deu margem a uma famosa controvérsia, que opôs os dois maiores nomes da Geografia estadunidense da primeira metade do século XX, ambos profundamente conhecedores da Geografia clássica alemã, e influenciados por Alfred Hettner: Carl O. Sauer, equalizando *landscape* e *Landschaft*, derivou o seu conceito de *cultural landscape* da noção alemã de *Kulturlandschaft*; (SAUER, 1969); de sua parte, Richard Hartshorne sublinhou a artificialidade de se tomar como sinônimos os dois termos, o alemão e o inglês, ao mesmo tempo que submetendo a ideia de “paisagem” e suas potencialidades para a Geografia a um escrutínio crítico (HARTSHORNE, 1977, pp. 149 et seq.).

que carrega, ainda por cima, uma ironia: quanto mais se tenta “purificar”, mais a tecnologia faz proliferarem os híbridos.<sup>14</sup> Embora reconhecido e tratado como um pensador pós-moderno, Latour sempre protestou contra essa classificação: afinal de contas, se ele assevera que “jamais fomos modernos” (dado que o projeto da modernidade seria nada mais que uma quimera), ele não poderia, por conseguinte, ser “pós-moderno”. Seja como for, Latour partilha com os pós-modernos uma série de características (voltaremos a isso na **Seção 4**), da mesma forma que Karl Popper, que não aceitava ser tachado de positivista pela Escola de Frankfurt, partilhava com os filósofos neopositivistas do Círculo de Viena alguns traços fundamentais.

O que Latour nos mostra, com sua tese, de toda sorte, é menos original do que parece – embora o óbvio, poder-se-ia dizer, necessite, às vezes, ser evidenciado. De fato: desde que o primeiro corpo de *Homo sapiens sapiens* recebeu o primeiro adereço sob a forma de um botoque ou *piercing*, ou ganhou a primeira tatuagem; ou desde que os primeiros grupos de caçadores e coletores fizeram as primeiras fogueiras e utilizaram os primeiros artefatos de caça – desde então, natureza e cultura (com esta emergindo, objetivamente, a partir daquela), têm andado juntas. As sociedades de agricultores que surgiram com a Revolução Neolítica (mantenhamos esse conceito, por mais que soe, hoje, controverso) elevaram a questão a um outro patamar de complexidade, com a necessidade de melhor compreensão e adaptação aos ciclos da natureza: as estações do ano, as enchentes nos períodos de cheias sazonais dos rios, e assim sucessivamente. A Geografia, no fundo, sempre lidou com os híbridos, e é curioso que os geógrafos contemporâneos cite Latour (sem necessariamente ou sempre ir às últimas consequências em matéria de prática profissional), em vez de ser o próprio Latour a inspirar-se nos geógrafos clássicos. Isso talvez seja compreensível, até certo ponto: a Geografia clássica não granjeou

---

<sup>14</sup> Latour fornece, logo no início do terceiro capítulo de *Jamais fomos modernos*, uma série de exemplos: “[...] embriões congelados, sistemas especialistas, máquinas digitais, robôs munidos de sensores, milho híbrido, bancos de dados, psicotrópicos liberados de forma controlada, baleias equipadas com radiossondas, sintetizadores de genes, analisadores de audiência [...]” (LATOUR, 1994, p. 53) Na verdade, os exemplos são até um pouco arbitrários; milhares de outros poderiam ser lembrados, em alguns casos bem mais eloquentes ou esclarecedores, para os presentes propósitos, do que “analisadores de audiência”.

prestígio acadêmico suficiente, em larga medida devido ao seu empirismo orgulhoso e ingênuo (“ciência do concreto”); quanto aos geógrafos contemporâneos de Latour, convenhamos, não seriam muitos entre eles que poderiam servir de fontes de inspiração.

Não obstante, a justificativa acima é, decerto, apenas parcialmente válida, ao menos se apresentada dessa forma excessivamente abreviada. Ironicamente, a pouca visibilidade histórica do discurso geográfico entre as ciências da sociedade não tem a ver apenas com suas fraquezas, mas também com as suas virtudes: isto é, até os anos 1960, justamente com sua recusa de uma prática sistemática de “purificação” epistemológica... Quando Marx e Engels escreveram, n’A *ideologia alemã*, que “essa natureza que precede a história humana [...] hoje em dia não existe mais em lugar nenhum, com exceção de algumas ilhas de coral australianas individuais de origem recente [...]”<sup>15</sup> (MARX; ENGELS, 1978, p. 44) – uma passagem, aliás, volta e meia citada em apoio ao esforço, intrinsecamente válido, de historicização da nossa compreensão da natureza –, eles tinham seguramente razão, *mas apenas em escala macrossocial*, e mesmo assim nunca em termos absolutos. Forças, processos, dinâmicas, ciclos e formas naturogênicos continuam e continuarão sempre existindo, da gravidade, do eletromagnetismo e das interações nucleares fracas e fortes aos processos químicos, à dinâmica das placas tectônicas e ao vulcanismo, entre incontáveis exemplos. Ao rejeitar cavar um fosso entre o “social” e o “natural”, a Geografia clássica (e mais ainda a pré-clássica, com um Humboldt e um Ritter, sem contar os *outsiders* Reclus e Kropotkin, institucionalmente à margem do *mainstream* clássico) remou contra a corrente da pesquisa social, aí incluída uma grande parcela do pensamento marxista,<sup>16</sup> e pagou um preço que, em fins do século

---

<sup>15</sup> Em alemão, no original: “[...] diese der menschlichen Geschichte vorhergehende Natur [...] heutzutage, ausgenommen etwa auf einzelnen australischen Koralleninseln neueren Ursprungs, nirgends mehr existiert.”

<sup>16</sup> O Marxismo Ocidental, que tanto influenciou a *radical geography*, em grande medida ignorou, porém, a dialética de influências recíprocas presente em Marx, que foi perfeitamente captada por Alfred Schmidt: consulte-se, em primeiro lugar, o capítulo intitulado “A mediação histórica da natureza e a mediação natural da sociedade” (o título vale, em si mesmo, por um programa teórico) (SCHMIDT, 1993). Hoje se sabe, graças à publicação dos numerosos excertos de obras de terceiros e esboços e anotações sobre assuntos das ciências naturais diligentemente coletados ou feitos por Marx, mas que em sua maior parte só vieram à luz muito tardiamente, em fins do século XX (cf. MARX; ENGELS, 1999), que o filósofo alemão deu muito mais atenção às ciências da natureza e seus resultados do que antes se supunha. Alfred Schmidt teve razão em assinalar que a categoria *trabalho* faz, em Marx, a mediação entre

XX, muitos geógrafos não estavam mais dispostos a pagar. Sem embargo, o empirismo dos geógrafos clássicos os fez se emaranharem em uma teia de simplificações nada compatível com um entendimento refinado das hibridizações: ideias como a de *Naturlandschaft* (= paisagem natural), ainda que complementadas pela de *Kulturlandschaft* (= paisagem cultural), não deixavam de trair uma certa ingenuidade epistêmica.<sup>17</sup> Academicamente socializados em meio a essa teia de hiperssimplificações ao longo de gerações, seria difícil e traumático, para eles, dela se libertarem, assim como haveria de ser compreensível que pesquisadores de outras áreas tivessem lá suas desconfianças e ressalvas. A “libertação”, como temos visto, quando finalmente ocorreu, não se deu da maneira mais produtiva.

Importa, de toda maneira, com os olhos voltados agora para o futuro, grifar a relevância de os geógrafos, em um nível de sofisticação intelectual que os imunize contra o empirismo e as posturas antiteóricas, não deixarem de construir objetos de conhecimento híbridos; vale dizer, *objetos de conhecimento em que se mesclam de forma coerente e sinérgica conhecimentos (dados, informações, conceitos e, idealmente, teorias e métodos) oriundos da pesquisa natural e da pesquisa social*. É essa construção de objetos híbridos que tipifica o enfoque da Geografia Ambiental, e não a reivindicação de um “território” temático ou metodológico específico (no estilo Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Econômica, Geomorfologia, Biogeografia, Climatologia etc.).

A esta altura, é inescapável enfrentar uma questão delicada, à cuja sombra tem vicejado uma lastimável confusão: *diferenciar não é o mesmo que separar*. Somente na

---

a sociedade e a natureza, que é, para ele, em primeiríssimo lugar, uma natureza-para-a-sociedade. O que o Marxismo Ocidental deixou passar despercebido é que Marx jamais se esquivou de levar em conta as ciências naturais, inclusive para a sua própria reflexão. Esse é, pelo visto, apenas um dos muitos pontos em que os marxistas raramente estiveram à altura de seu mestre.

<sup>17</sup> O tratamento conferido pelos geógrafos alemães tinha o seu equivalente na Geografia francesa, além de ter exercido considerável influência sobre a Geografia estadunidense, como vemos por intermédio de Carl O. Sauer, para quem a “*cultural landscape*” era fruto da transformação da “*natural landscape*” pela cultura (SAUER, 1969). A cristalina e um tanto passadista e retrógrada predileção pelos espaços rurais (ou tidos como tal) fez, de qualquer maneira, que até mesmo “geógrafos humanos” prosseguissem se referindo a “paisagens naturais” em muitas circunstâncias; seus colegas “físicos”, de sua parte, tradicionalmente se sentiam autorizados a fazer abstração da sociedade, concentrando-se no estudo dos processos e das formas espaciais “naturais” (*landforms*, em inglês) como se as relações sociais não estivessem atuando – às vezes, há milênios e intensamente – naqueles ambientes.

aparência trata-se de uma tarefa banal; à luz do que foi a história da Geografia e do que têm sido as discussões sobre a relação entre “sociedade” e “natureza” – da Filosofia e das diversas ciências ao debate político –, preservar o conteúdo próprio de cada uma dessas duas palavras passa a ser uma missão espinhosa. Mas é preciso empreendê-la.

“Diferenciar” significa “estabelecer uma distinção”, “tornar ou perceber como diverso”, ao passo que “separar” quer dizer “desunir”, “apartar”. Os dois lados de uma moeda são *diferentes*, mas não são e não podem ser *separados*. Por que é imprescindível esclarecer e mesmo martelar algo tão simples, como se estivéssemos lidando com alguma coisa muito complicada? Porque tornou-se corriqueiro, em certos círculos, afirmar que “sociedade” e “natureza” não podem ser separadas uma da outra (o que é absolutamente correto, mas não chega a ser uma descoberta genial), para daí, frequentemente, concluir-se tacitamente que ambas tampouco poderiam ou deveriam ser distinguidas (o que é um raciocínio falacioso). Também é comum, entre aqueles mais afeitos à sensibilidade histórica ou bem informados pela Antropologia, ponderar que o imaginário Ocidental, tendo por base ou na origem uma cosmologia judaico-cristã, estabeleceu uma “separação” entre “sociedade” e “natureza”, com uma hierarquia antropocêntrica desconhecida nas demais sociedades ao longo da história humana (o que é uma interpretação fundamentalmente acertada, ainda que imprecisa em mais de um ponto), para, ato contínuo, concluir que os “ocidentais” ou intensamente “ocidentalizados” – nesta quadra da história, lamentando-se ou não, uma parcela majoritária da humanidade – cometem uma espécie de “erro”, do qual seria necessário redimir-se. Infelizmente, as coisas não são assim tão simples.

Do fato de que “sociedade” e “natureza” não podem ser *separadas* não deveria decorrer, automaticamente, como se um truísmo fosse, que não faz sentido algum ou que é um despropósito estabelecer alguma *diferença*. Não distinguir (a começar pelo plano ontológico, para daí chegar ao epistemológico e, finalmente, ao metodológico), como muitos implícita ou até explicitamente sugerem, nos leva a desembocar, ao fim e ao cabo, em um destes dois cenários: ou em uma “síntese” no estilo 1C da **Fig. 1**, em que

se apagam todas as diferenças e se elimina a diversidade, que é fonte de riqueza intelectual; ou, mais provavelmente, em uma pseudossíntese, como em 1D, em que um modo de compreender a realidade (via de regra, o das ciências da natureza) acabaria por se impor ao outro.<sup>18</sup> Os intelectuais “ecocêntricos” que, inspirados pelo conhecimento histórico e, principalmente, antropológico sobre culturas tribais, sociedades pré-capitalistas e cosmovisões não ocidentais, deploram toda e qualquer distinção entre “sociedade” e “natureza”, fariam bem em refletir melhor sobre três coisas: 1) não engendrou, o próprio “Ocidente”, contraditoriamente e a despeito das hierarquias (“Grande Cadeia do Ser” [*scala naturæ*] e congêneres) e teses antiecológicas (“dominação da natureza”, totalmente funcional para o modo de produção capitalista) que ele patrocinou ou patrocina, também alguns antídotos poderosos (como, potencialmente, a Teoria da Evolução de Darwin, no caso da “hierarquia divina” da tradição judaico-cristã), que, além disso, nem mesmo exigem que se abra mão de uma visão complexa de “copertencimento”, sem precisar abdicar de toda e qualquer diferenciação entre “natureza primeira” e “natureza segunda”?; 2) seria realista tomar, a título de modelos, sociedades, muitas vezes tribais (quando não de caçadores e coletores!), em que a indiferenciação entre “sociedade” e

<sup>18</sup> O poder de sedução das ciências da natureza é tão grande que, inesperadamente, até um social-construtivista como Noel Castree não fica imune a uma dose de credulidade positivista ao imaginar que “ideias sobre caos e complexidade [mais uma vez, a Física como modelo, mesmo que sutil...] poderiam, em princípio, formar uma ontologia unificadora para a Geografia como um todo” (em inglês, no original: “[...] ideas about chaos and complexity could, in principle, form a unifying ontology for geography as a whole”) (CASTREE, 2005, p. 229). ZIERHOFER (1999), em contrapartida, esboçara uma proposta na qual ele sublinha as diferenças entre uma estratégia metodológica comprometida com a noção de “determinação causal” (*Kausaldeterminiertheit*) e uma estratégia metodológica afiliada à noção de teleologia, indescolável da ideia de “vinculação a uma finalidade” (*Zielbezogenheit*). Falar em “determinação causal”, sem maiores ressalvas ou cuidados, soa, no tocante às ciências naturais das últimas décadas, um tanto anacrônico, exatamente por causa do “paradigma da complexidade”, em suas diversas manifestações e variantes. Apesar disso, é louvável que, concomitantemente à distinção entre estratégias metodológicas, Zierhofer, não obstante isso, valorize os híbridos, em meio a um diálogo (não acrítico) com Bruno Latour e Donna Haraway. No entanto, a despeito de pretender mover-se em um plano ontológico, ele remete as diferenças entre “natureza” e “cultura/sociedade”, acima de tudo e em última análise, à epiderme que é a percepção fenomênica, concedendo, por fim, oferecer não propriamente uma explicação ontológica, mas sim uma “Quasi-Ontologie” (pág. 4) – a qual, inerentemente indecisa, não logra persuadir por completo. A rejeição de uma separação entre “cultura” e “natureza” (pelo menos em uma escala macro, que é aquela da observação humana a olho nu ou do cotidiano), ou também em decorrência da percepção da matéria por seres humanos orientados para ações, não convence quanto a permitir que se rechace, de antemão, a existência de distintos modos de ser, em favor de um “monismo ontológico” (*ontologischer Monismus*) que se limita a identificar variáveis modalidades de perspectiva ou “domínios fenomênicos” (*phänomenale Bereiche*).

“natureza” se deu ou dá por conta de uma interpretação mística e religiosa do mundo que, para todos os efeitos práticos, seguramente não poderia ser estendida ao conjunto da humanidade atual, sem cairmos em impasses insuperáveis? (Acrescente-se, pois: como se livrar de toda e qualquer ocidentalização sem, ao mesmo tempo, renunciar a todos os elementos técnicos e todo o saber herdados do traumático e contraditório processo de ocidentalização do mundo?); 3) seria, realmente, desejável (independentemente de, realisticamente, ser impossível) pugnar por uma “volta ao passado”, anatematizando o “Ocidente” em termos absolutos, como se significações imaginárias sociais como “Razão” (que não se restringe a uma racionalidade puramente instrumental), “autonomia”, “democracia”, “anarquia” e outras tantas, com inegável conteúdo emancipatório, também não fizessem parte do heterogêneo legado ocidental (e como se sociedades tradicionais, atualmente tão romantizadas, não estivessem eivadas de significações imaginárias sociais e instituições heterônomas, do patriarcado à gerontocracia, passando por monarquias, autoritarismos, superstições e preconceitos diversos)?

Mais uma vez, parece impor-se a conclusão de que é preciso ultrapassar *tanto* a “modernidade” ocidental, o cientificismo e o racionalismo *quanto* as ingênuas reações que, simplesmente, invertem os sinais, idealizando o passado remoto ou o Outro (real ou supostamente) não ocidental. O que não significa que, no esforço de ultrapassagem, o diálogo com esse Outro (seus saberes vernaculares, seus modos de vida, suas cosmologias) não possa e deva ser uma imensa fonte de inspiração e aprendizado, a ser cultivado com tolerância e, mais que isso, humildade!

Não se recorre neste texto, portanto, para defender os objetos de conhecimento híbridos, a um elogio da indistinção epistemológica e do apagamento das diferenças. *Unidade na diversidade*, isso sim, é a divisa que preside a empreitada ora defendida. O fato de a diferença entre “sociedade” e “natureza” ser essencialmente relacional, com uma instância constantemente remetendo à outra de modo não linear/não cartesiano, não suprime a heterogeneidade, e muito menos torna supérflua a diferenciação, sem a qual correremos sempre o risco de pasteurizar o real.

Como construir objetos de conhecimento híbridos sem resvalar para o empirismo das justaposições frouxas e descritivas ou, na melhor das hipóteses, do sincretismo com rarefeita e frágil fundamentação teórica? Não há “receita” a ser seguida, mas três providências ou atividades podem ser mencionadas, à guisa de orientação: 1) ao aceitar que, por mais que as dinâmicas social, biológica e física/química sejam irreduzíveis umas às outras, demandando estratégias metodológicas, métodos e técnicas de pesquisa diferentes (tanto quanto o são, por exemplo, a etnografia ou a análise crítica de discurso, de um lado, e modelos e algoritmos estatístico-matemáticos, de outro), a realidade concreta desconhece separações (ainda que conheça descompassos e assincronias), devemos nos cercar de cautela na hora de articular dados e informações e comparar explicações e resultados, sem que isso, entretanto, nos paralise; 2) é necessário ter humildade para comparar conceitos, avaliando as convergências e divergências taxonômicas ou de conteúdo (p.ex., “paisagem” para a Geografia Cultural e para a *landscape ecology*, em que o mesmo nome recobre conteúdos conceituais um tanto distintos), sem hesitar em ressaltar nem as complementaridades nem os atritos, evitando apriorismos preconceituosos e julgamentos demasiado apressados; 3) não vacilar em cotejar teorias com origens díspares, examinando, com a devida humildade, o quanto podem se completar umas às outras, e, no caso de incompatibilidades, tomar uma decisão e explicitar as razões. Um cuidado deve ficar bem estabelecido, aliás, pela própria maneira como compreendemos o conceito-chave por excelência do enfoque da Geografia Ambiental, o de *ambiente*: uma coisa é assumir esse conceito como um constructo especialmente hospitaleiro, porque capaz de favorecer uma visão de conjunto, ao passo que outra, bem distinta, é sonhar com alguma “superteoria” que pudesse propiciar explicações robustas para tudo e homogeneizar o tratamento empírico, amparada em algum reducionismo epistemológico (funcionalista ou estruturalista, e quase sempre positivista).

São muitos os problemas da atualidade que reclamam esforços de integração e cooperação, em vez de exercícios de simplificação e uniformização: a interação de fatores naturogênicos (perigos ou *hazards* e seus riscos associados) com condicionamentos



sociais (vulnerabilidade social, segregação residencial, especulação imobiliária etc.), engendrando desastres ambientais relativos a deslizamentos, inundações, alagamentos e, em uma outra escala de tragédia, furacões/tufões, terremotos e tsunamis; a contaminação do ar, da água e do solo por indústrias ou esquemas de disposição de resíduos sólidos (incineradores, “lixões”), ocasionando quadros crônicos de sofrimento e injustiça ambientais; a incidência sócio-espacialmente desigual dos custos sociais de fenômenos como a elevação do nível do mar, na esteira do aquecimento global; a destruição de biodiversidade e a inviabilização de modos de vida de populações inteiras em decorrência de grandes obras de engenharia (como enormes usinas hidroelétricas), do desmatamento em larga escala em biomas como a Amazônia, da difusão de monoculturas ligadas ao agro-negócio e da disseminação estupefaciente de agrotóxicos, para proveito, sobretudo, de elites globais, nacionais e regionais; entre outros tantos. Uma vez que as diferenças epistemológicas e metodológicas (e ontológicas) permanecerão existindo, as tensões também não desaparecerão; mas elas podem ser tensões *produtivas e construtivas*, não *estéreis e destrutivas*. Vale a pena acreditar nisso.

### 3. Para superar as “duas culturas”: Bipolarização e *Aufhebung*

Em 7 de maio de 1959, Charles Percy Snow proferiu a primeira de uma série de palestras na Universidade de Cambridge, palestra essa que teve significativa e duradoura repercussão. Seu título: “The Two Cultures” (SNOW, 1961). Por “duas culturas”, Snow se referia às ciências naturais, de um lado, e às humanidades, de outro, lastimando o abismo existente esses dois grandes domínios do saber. Charles Snow se achava em uma posição privilegiada, dado que ele era físico de formação (exercendo a Física profissionalmente) mas, ao mesmo tempo, um romancista, um *homme de lettres*, tendo deixado numerosas obras de ficção. Muito embora Snow preferisse contrapor as ciências da natureza àquilo

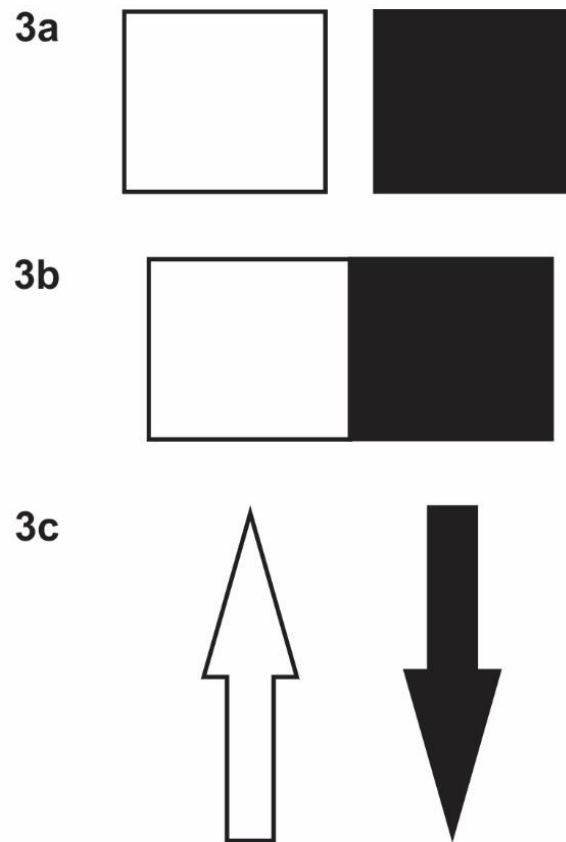
que de fato parece ser, em diversos sentidos, o seu mais perfeito antípoda – as humanidades, em especial campos como literatura, teoria e crítica literária, Filosofia etc. –, as ciências da sociedade, e até mesmo áreas como a Economia, merecem ser inseridas, para todos ou quase todos os efeitos práticos, no amplo rol que podemos denominar “ciências sociais e humanidades”.

Muitos de nós aprendemos, desde a graduação, a deplorar o “positivismo”. Esta palavra é usada, tantas e tantas vezes, como um xingamento acadêmico, tomando-se “positivismo” como sinônimo de “rigidez”, “formalismo” etc., sem atenção às origens dessa corrente filosófica, aos seus desdobramentos posteriores e aos pormenores das controvérsias que passaram a cercar seu uso. Na sua essência, já desde que foi formulado por Auguste Comte no século XIX, o positivismo caracteriza-se pelos seguintes dois traços: o *empirismo*, com a convicção de que todo conhecimento provém da experiência sensorial e que à mente do cientista não cabe nada além de recolher os “dados” por meio dos sentidos e interpretá-los segundo a razão, rejeitando-se toda e qualquer “metafísica”, isto é, especulações não fundadas sobre evidências empíricas; a *necessidade de o conhecimento sobre a sociedade adotar os mesmos padrões epistemológicos e teórico-metodológicos das ciências da natureza* (donde se pressupõe o imperativo de formalização lógica e matematização), para poder garantir rigor, chegar à formulação de leis gerais e desenvolver capacidade preditiva. Daí o positivismo poder ser resumido, para os efeitos do presente trabalho, como a ânsia por imitar as ciências da natureza, tendo a Física como modelo supremo. Cientistas naturais padecem de positivismo toda vez que, além de desdenharem a maior parte da Filosofia e qualquer forma de conhecimento que não se prenda estritamente às evidências empíricas (como a intuição), endossam a aplicação de um “método científico único”, inspirado nas pesquisas sobre a natureza (ou, melhor dizendo, sobre as dinâmicas e os processos da “natureza primeira”). As principais vítimas da adoção dessa crença epistemológica são, de toda maneira, os pesquisadores sociais.

O positivismo guarda estreitíssima relação com aquilo que Edgar Morin chamou de o “princípio de simplificação” (infenso, por definição, à *complexidade*), que reverencia a

“onipotência de um princípio de disjunção”, o qual “condena as ciências humanas à inconsistência extrafísica” ao mesmo tempo em que “condena as ciências naturais à inconsciência da sua realidade social” (MORIN, s.d., p. 15); mais amplamente, a simplificação acarreta, o tempo todo, o reducionismo, o pensamento linear e a mutilação da realidade, solapando os raciocínios flexíveis e interditando as visões de conjunto. Nos marcos daquilo que Cornelius Castoriadis – autor com o qual se dialogará extensamente na próxima seção – denominou “a lógica e a ontologia herdadas”, e mais especificamente “a lógica identitário-conjuntista”, o positivismo, ao lado da lógica formal, constitui um dos esteios de um estilo de pensamento que fragmenta e ultrassimplifica a realidade (CASTORIADIS, 1975, 1986b). Um pensamento que, tipicamente, opera por meio de dicotomias e dualismos.

Vejam, então, o problema da *dicotomia* e do *dualismo* – que está no cerne do desafio epistemológico delineado neste ensaio –, em contraposição a uma *dialética* – que fornece a ferramenta para que, pelo menos, se comece a esboçar uma alternativa. Por *dicotomia* se entende, na lógica formal, a bipartição de algo em coisas ou aspectos que são, ao mesmo tempo, mutuamente exclusivos e, juntos, também exaustivos. Na linguagem da Teoria dos Conjuntos, se um conjunto **A** é dividido em dois outros – chamemo-los de **B** e **não-B** –, esses dois subconjuntos constituem uma dicotomia: o contraste entre eles é total, e suas fronteiras são nítidas. O *dualismo* corresponde, de sua parte, a uma figura mental semelhante: no pensamento dualista, a realidade é dividida em duas facetas, dinâmicas ou princípios básicos, que são assumidos como dessemelhantes e antagônicos. A oposição interna que o dualismo encerra não exclui a harmonia ou a conciliação: basta pensarmos no “dualismo monista” dos princípios do *yin* e do *yang* (respectivamente, “escuro” e “claro”, ou também “negativo” e “positivo”) da antiga Filosofia chinesa, em que dualidade e unidade se combinam, paradoxalmente, para formar um todo indivisível. As figuras **3a**, **3b** e **3c** retratam, de maneiras distintas, situações de dualismo (**Figura 3**).

**Fig. 3:** Expressando, graficamente, exemplos de dualismo.

Fonte: elaboração própria.

O difícil é enxergar a complexidade de uma *contradição* (no vocabulário da Filosofia hegeliana, *Widerspruch*) nesses diferentes tipos de *oposição* (idem, *Gegensatz*), e é neste ponto que podemos introduzir a figura da *dialética*.<sup>19</sup> Nem tudo o que diz respeito a dois aspectos, processos, forças, princípios, dinâmicas etc. expressa uma dicotomia ou trai um raciocínio dualista. Pode se tratar, em vez disso, de uma genuína dialética, em que

<sup>19</sup> Todo conhecimento é, por definição, histórica e culturalmente situado. Várias situações que têm sido, tradicionalmente, tratadas como expressões de dualismo, são, hoje em dia, vistas sob uma luz diferente. Um dos exemplos mais significativos é o da oposição “masculino” versus “feminino”, em que o binarismo de gênero tem sido desafiado e substituído por interpretações bastante complexas (e muitas vezes discordantes entre si) a propósito da construção social do gênero. O próprio dualismo “corpo” versus “mente” foi abalado pelos avanços da neurociência (muitas vezes, é bem verdade, exagerados de modo tipicamente cientificista), ao demonstrarem o quanto certas propriedades da mente ou do espírito humano são indissociáveis de processos fisiológicos. A pesquisa médica, aliás, já demonstrou há muito tempo a existência de doenças psicossomáticas, em que fatores psicológicos ou emocionais são reconhecidos como originando efeitos orgânicos patológicos, de enfermidades dermatológicas a gastrointestinais, passando por muitas outras.

as fronteiras entre aquilo que constitui os dois termos ou as duas partes não são cristalinhas, além de se condicionarem reciprocamente e, como coroamento indispensável, encerrarem alguma modalidade de relação contraditória. Os limites que separam diferentes modalidades de oposição não propriamente dialéticas de uma contradição autêntica são, todavia, seguramente mais fluidos e nebulosos do que intérpretes mais ou menos ortodoxos do pensamento dialético (por exemplo, os típicos seguidores do “materialismo histórico” marxista) gostariam de aceitar. Com efeito, as manifestações de relações dialéticas podem ser as mais variadas, e seria improfícuo tentar formalizar aquilo que só se deixa formalizar empobrecendo-se e petrificando-se. É suficiente admitirmos, neste primeiro momento, que uma dialética não se “resolve” tendo por horizonte uma *conciliação* ou *harmonização* dos contrários, como no *yin* e no *yang*. A interdependência, na dialética, não tem como premissa o fim dos atritos ou dos conflitos, mas sim a *superação* dos termos originais em favor de uma instância mais complexa.

A “pulsão uniformizadora” das diversas variedades e manifestações do cartesianismo e do linearismo – em suma, do “princípio de simplificação”, para usar a expressão de Morin – tem pavor da contradição e, no fundo, horror à diferença. A contradição é vista, ora, como paradoxo lógico (nos marcos da lógica formal e do positivismo); ora, como contradição dialética monocromática e “dura” (em que, na “união e luta dos contrários”, um lado tenta eliminar o outro, como ocorre com a fonte marxista básica, o mundo do trabalho e as relações de exploração e dominação). A contradição não é encarada como podendo ser *tensão produtiva*; e a diferença não é encarada como podendo ser *fator de enriquecimento intelectual*. Dizendo isso, crio um gancho para adiantar uma postulação que será explorada mais à frente: os termos ou componentes (forças, princípios, dinâmicas etc.) originais, mesmo sendo contraditórios entre si, *não necessariamente devem ser descartados ao cabo de sua superação*. Esta pode se repetir constante e indefinidamente, recolocando-se, de modo perene, o desafio de se alçar a um outro patamar.

Dito tudo isso, é hora de retomar a discussão da Geografia. Utilizei, em trabalho anterior (SOUZA, 2018), no próprio título, aquilo que é uma provocação central: “quando

o trunfo se revela um fardo” – isto é, o mal-estar sentido por muitos geógrafos, especialmente a partir dos anos 1970 e 1980, para os quais a suposta vocação geográfica de integração de conhecimentos oriundos das pesquisas natural e social passou a ser tida não como uma vantagem, mas sim como uma desvantagem. Ao formular o problema nesses termos, deixei implícita uma dupla causalidade para essa percepção coletiva de algo (a circunstância de os geógrafos se verem, epistemologicamente, “sentados sobre duas cadeiras” simultaneamente, o que lhe amplia a margem de manobra, mas também lhes cobra um esforço especial) como um trunfo ou como fardo: uma é (inter)subjetiva; a outra tem a ver com qualidades do próprio objeto. A (inter)subjetiva: a Geografia e sua tradição se revelam como um fardo *aos seus olhos, não necessariamente aos meus*; a objetiva: a Geografia dita clássica estava, convenhamos, mal equipada epistemológica e teórico-conceitualmente para continuar assumindo a contento a tarefa sob as novas condições (intelectuais e sociopolíticas) da segunda metade do século XX, e isso também concorreu para a percepção do ideal da “ciência-ponte” como um anacronismo.

A trilha mais promissora para se rejeitar o dualismo e abraçar uma dialética que nos faculte valorizar os objetos de conhecimento híbridos consiste em compreender o conhecimento sobre a natureza e o conhecimento sobre a sociedade no contexto de uma *bipolarização epistemológica*. Porém, o que caracteriza essa estratégia, e como operacionalizá-la?

Quando, em seu livro *O espaço dividido*, Milton Santos substituiu a interpretação dualista que enxergava, na economia urbana dos países chamados de “subdesenvolvidos”, um “setor moderno” versus um “setor tradicional”, ele o fez, explicitamente, recorrendo à ideia de bipolarização: a da dialética de tensa interdependência entre o que ele denominou “circuito superior” e “circuito inferior” da economia (SANTOS, 1979). Para a ideia de uma bipolarização epistemológica eu me inspirei, conforme já tive oportunidade de dizer alhures (SOUZA, 2016), na teoria dos “dois circuitos”, na qual Santos trata cada um deles como um polo distinto (constituindo, juntos, portanto, uma bipolarização),

os quais, apesar disso, se achariam dialeticamente imbricados, de um modo que um enfoque formalista e conservador consideraria como contraintuitivo: apesar das fricções entre atividades econômicas formais e informais (o que é bastante evidente no caso do comércio de varejo), à luz dos interesses econômicos e políticos tomados em conjunto, a existência de um “circuito inferior” complementa a realidade do “circuito superior” (cujos produtos são pouco ou nada acessíveis aos mais pobres), desempenhando um papel de estabilização social.<sup>20</sup> Isso nada tem a ver, portanto, com a separação dualista entre um “setor moderno” e um “setor tradicional” da economia, como era habitual nas décadas de 1950 e 1960.<sup>21</sup> Muito embora Milton Santos estivesse abordando outro assunto, uma analogia é inteiramente válida, e assim o cerne da ideia de “bipolarização” foi por mim transposto para o terreno epistemológico.

Tem-se uma situação de bipolarização quando se está diante de dois polos contrastantes que exercem um efeito concorrente de atração, sem que isso caracterize um mero antagonismo no estilo “amigo” versus “inimigo”. Há, aí, por trás de uma complementaridade recíproca essencial, uma tensão dialética não menos fundamental – razão pela qual seria totalmente inapropriado construir uma analogia com o conceito biológico de simbiose. Um polo complementa o outro, em certo nível, mas a coexistência jamais se dará sem tensionamentos. A tensão, contudo, se afasta a comparação com um idílio, não re-

---

<sup>20</sup> Raciocínio análogo pode ser feito relativamente a outras expressões de informalidade ou ilegalidade tolerada em maior ou menor grau, da autoconstrução e da posse juridicamente insegura de terrenos urbanos públicos ou privados (situação típica das favelas) até, de maneira mais conflituosa e controvertida, o próprio tráfico de drogas de varejo: em todas elas, em última análise, e a despeito das aparências e das tensões reais (associadas à segregação residencial, à estigmatização sócio-espacial, à criminalidade violenta etc.), a informalidade ou ilegalidade contribui para um certo nível de estabilização sistêmica.

<sup>21</sup> É justo registrar que, mais ou menos na mesma época da publicação da primeira edição francesa de *O espaço dividido*, Francisco de Oliveira elaborava uma crítica primorosa do raciocínio dualista que separava um setor econômico “tradicional” ou “atrasado” de um “moderno”; os ensaios originais foram, posteriormente, reunidos no livro *A economia brasileira: Crítica à razão dualista* (OLIVEIRA, 1987). O alvo de Oliveira era o “dual-estruturalismo” que caracterizava o pensamento cepalino (ou seja, o modelo interpretativo difundido a partir da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL], fundada em 1948 no âmbito da ONU), mas o dualismo por ele atacado era típico das teorias do “desenvolvimento econômico” e da “modernização” em geral.

pele a possibilidade de uma produtividade – uma tensão produtiva, portanto – entre dinâmicas, forças, princípios etc. que discrepam entre si e que são irreduzíveis um ao outro, mas que são, ambos, imprescindíveis.

O Ocidente e sua modernidade geraram uma estratégia de obtenção de conhecimento, no interior de toda uma cosmologia, que passou a ser conhecida como *ciência moderna*. Tendo brotado em meio a esforços para compreender, acima de tudo, a “natureza” e seus ciclos, processos, forças e dinâmicas – a *erste Natur* –, a ciência moderna não tardou a ser aplicada também à compreensão da sociedade. Diferentemente dos domínios do inanimado (o físico e o químico) e do vivente (o biológico), o domínio social (que Cornelius Castoriadis denominará “social-histórico”) e o domínio propriamente psíquico resistirão, sempre, aos padrões e critérios da pesquisa natural. Sem poder ser inteiramente confundido com a especulação filosófica e muito menos com a criação artística, o estudo sistemático da “sociedade”, por outro lado, não se prestou adequadamente à matematização/quantificação (a Matemática seria, segundo os físicos, a “linguagem da ciência” por excelência), à obsessão pela formulação de lei universais e ao empreendimento da predição rigorosa. Como resultado, foram se formando, ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, as “duas culturas” – uma, herdada da Revolução Científica que se estendeu entre os séculos XVI e XVIII; outra, herdeira de uma cultura humanística ainda muito mais antiga – cujo afastamento recíproco C. P. Snow lamentou em sua conferência de 1959. E não foi só isso: a ciência moderna passou a travar uma guerra sem trégua nem quartel contra o senso comum e tudo o que parecesse “superstição” ou “não científico”, do que resultou, historicamente, um desprezo generalizado pelos saberes vernaculares (e não ocidentais). Desgraçadamente, conhecimentos que não necessitam se excluir mutuamente de maneira apriorística ou automática, passaram a ser declarados totalmente estranhos um ao outro – quando não inimigos um do outro. Se os saberes vernaculares, muitas vezes, só conseguem prosperar e sobreviver à margem do cientificismo arrogante e bitolado, as humanidades e as ciências da sociedade têm vivido em seus nichos próprios e não inexpressivos, ainda que, em várias situações, sofram com



a competição por verbas e atenções, assim como com as distinções em matéria de prestígio e *status* social.

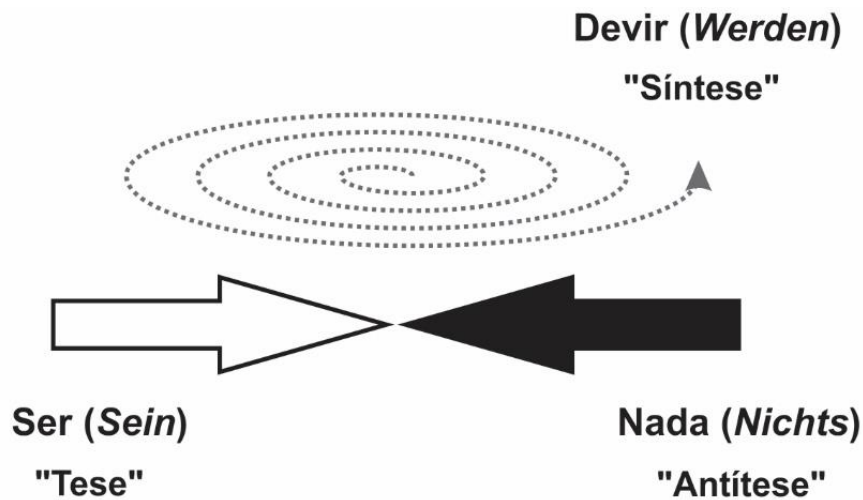
É óbvio que, perante tudo isso, a “interdisciplinaridade intradisciplinar” que a Geografia sempre buscou encarnar estava, desde o começo, fadada a ser alvo de desconfiança. Essa circunstância, porém, se faz acompanhar de situações curiosas. Com sua radicalidade característica, é uma peculiaridade da Geografia (até em comparação com a Antropologia). Seria uma hipocrisia, então, os geógrafos também saudarem a interdisciplinaridade, já que não querem conversar nem com o colega do lado? Nem tanto. Basta ver o horizonte amesquinhado das afinidades eletivas e o curto alcance da interdisciplinaridade que é cultivada: geógrafos urbanos conversam com arquitetos-urbanistas e sociólogos (nunca com geólogos); geógrafos culturais conversam com antropólogos (nunca com biólogos); geógrafos econômicos conversam com economistas e geógrafos políticos com cientistas políticos (nunca com seus próprios colegas geógrafos-geomorfólogos ou geógrafos-climatólogos). O que os geógrafos passaram a fazer foi, isso sim, parar de apostar no diálogo com o Outro que, tantas vezes, é um colega de porta, no mesmo departamento. Ao trazerem a tensão entre conhecimento sobre a natureza e conhecimento sobre a sociedade para dentro de seu campo em construção, mas sem sustentar de maneira muito convincente – seja epistemológica, teórica ou metodologicamente –, os geógrafos se viram, permanentemente, submetidos a cobranças (e, vez por outra, a escárnio); as consequências (social-)psicológicas (insegurança, complexo de inferioridade) e institucionais (ausência de consenso quanto à acomodação da disciplina nas organizações universitárias) não tardaram muito em surgir.

Como transcender, dialeticamente, conhecimentos produzidos sob o signo de uma nítida atração por um ou outro polo epistemológico básico, referente, cada um deles, a cada um dos macrodomínios ontológicos fundamentais – *physis/erste Natur* / “natureza” e *nómos/zweite Natur* / “sociedade”? Cumpre, antes de mais nada, enfrentar o problema daquilo que a dialética hegeliana consagrou como a *Aufhebung*. Esta palavra coloca, de partida, problemas de tradução; deixando de lado os seus usos e acepções quotidianos,

na própria Filosofia ela comparece com significados variados, indo de *supressão* ou *revogação* (por exemplo, “revogação da propriedade privada” [*Aufhebung des Privateigentums*]) até *negação*. De toda maneira, esses significados se acham, no pensamento dialético de Hegel, posteriormente modificado por Marx, unidos em um todo semântico, dado pela tríade: *negação-conservação-elevação*. Eis-nos diante de um movimento – real e do próprio pensamento – em que dois princípios, forças, dinâmicas etc. que se contrapõem são simultaneamente negados, ainda que algo deles se preserve em um momento “superior”. A palavra mais simples com a qual se pode capturar o espírito desse movimento sintetizado pela ideia de *Aufhebung* é, com certeza, *superação*. Essa superação, esquematizada graficamente na **Fig. 4**, foi concebida por Hegel, em um sofisticado patamar de argumentação filosófica e por meio de um vocabulário um tanto hermético, como a contradição entre dois momentos, Ser (*Sein*) e sua negação, o Nada (*Nichts*), superados em favor de um Devir (*Werden*).<sup>22</sup> Graças a Fichte, esses momentos ficaram conhecidos, simplificadamente, como “tese”, “antítese” e “síntese”.

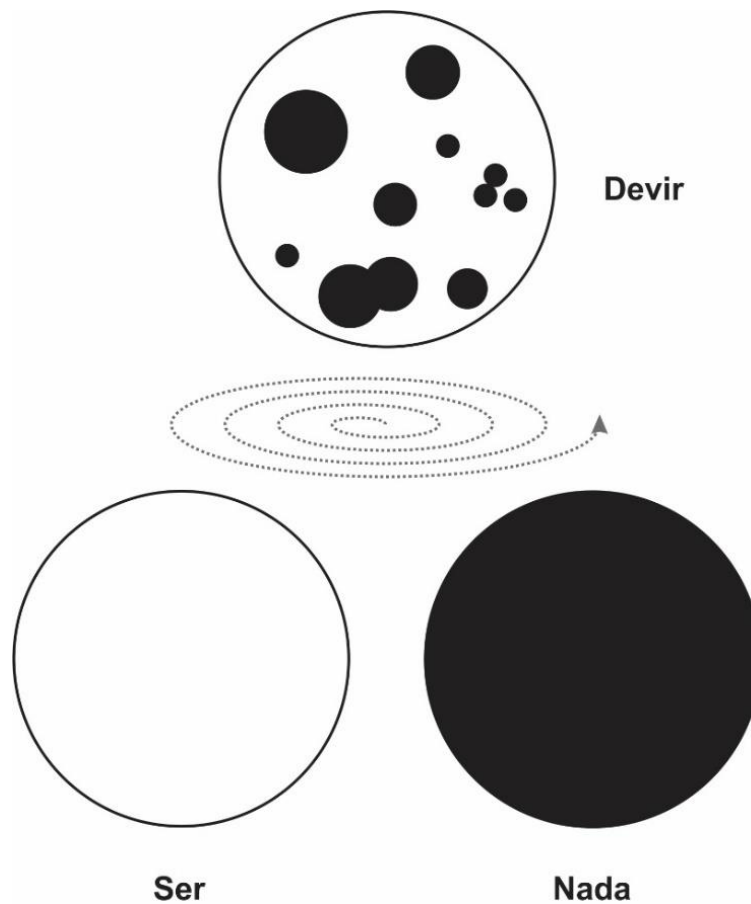
---

<sup>22</sup> Da lavra do próprio Hegel, a fonte primária insubstituível é a *Ciência da Lógica (Wissenschaft der Logik* : HEGEL, 1934). Tida pelos especialistas como uma das obras mais herméticas do autor, a *Ciência da Lógica* não é facilmente penetrável nem mesmo por filósofos profissionais. Por essa e por outras razões, que vão da contextualização biográfica e bibliográfica (vide, p.ex., HEINRICH, 1987) às interpretações esclarecedoras (como a de MALABOU [2005] e a de RADNIK [2016]), recorrer a alguns comentaristas pode ser um expediente utilíssimo.

Fig. 4: O esquema da *Aufhebung* hegeliana.

Fonte: Elaboração própria.

As premissas e consequências da *Aufhebung* em Hegel e no marxismo não são, entretanto, as mesmas. Na Filosofia hegeliana original, a *Aufhebung* não exclui concessões significativas ao passado, como observou SAFATLE (2017, pp. 234-235). O que se preserva dos momentos anteriores é, de um ponto de vista revolucionário – que inevitavelmente haveria de atritar com a ambiguidade do pensamento de Hegel, político-socialmente oscilando entre a radicalidade e o conservadorismo –, muito mais do que estaríamos dispostos a aceitar. Na Fig. 5, o modelo gráfico representa o Devir como uma nova realidade em que a negação de um dos termos pelo outro não exclui a preservação de “porções” inteiras (que poderiam ser, por exemplo, formatos institucionais e tipos de relação social) da realidade supostamente “superada”.

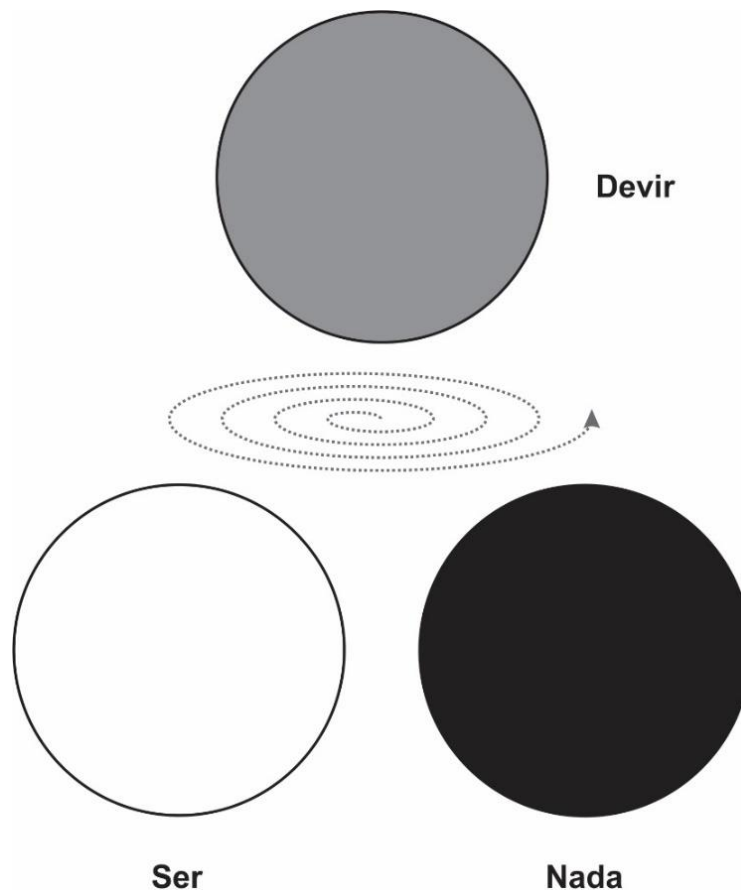
**Fig. 5** : O esquema da *Aufhebung* hegeliana (segunda aproximação).

Fonte: Elaboração própria.

O marxismo incorporou, em muito do essencial, o pensamento hegeliano (conforme a objeção de Castoriadis, examinada na próxima seção); no entanto, a famosa “inversão” promovida por Marx, com a passagem da dialética “idealista” de Hegel a uma versão “materialista”, teve, como consequência, entre outras coisas, uma proposição muito menos condescendente acerca do significado da conservação dos momentos anteriores: o Devir não deve guardar traços do passado que não sejam radicalmente recontextualizados, com isso, no fundo, eliminando o passado enquanto tal (ao menos na teoria). A superação dialética (e a “síntese” daí decorrente) equivale a uma *dissolução* dos

termos originais (por exemplo, “burguesia” e “proletariado”), dando origem a uma terceira identidade em que os componentes não seriam mais recuperáveis, como sugerido pela **Fig. 6**.

**Fig. 6:** O esquema da *Aufhebung*, em uma leitura marxista típica.



Fonte: Elaboração própria.

Nenhuma dessas duas interpretações satisfaz às necessidades de uma bipolarização epistemológica como aquela aqui advogada. Não se pretende que os termos originais tenham traços mantidos incólumes no momento da “síntese”, como em Hegel; mas também não se preconiza uma simples dissolução dos termos originais, como se sua legitimidade e produtividade devesse, em dado momento, cessar, como na interpretação marxista usual. Não se pretende que o que há de singular no conhecimento sobre a natureza

e no conhecimento sobre a sociedade seja revogado, ainda que as próprias fontes originais, por mais que mantenham sua individualidade, possam (ou devam) sair, constantemente, renovadas da tensão produtiva resultante do processo dialógico (e dialético) que redundante e é pressuposto pela construção de objetos de conhecimento nítida e fortemente híbridos. E mais: continua existindo um certo cartesianismo por trás da própria ideia de bipolarização, tal como operacionalizada por Milton Santos – razão pela qual essa fonte de inspiração indireta apresenta, também ela, os seus limites, trazendo-nos, com isso, o pretexto para um passo adicional.

#### **4. *Aufhebung* para além de Hegel (e Marx): Castoriadis e a “lógica dos magmas”**

O pensamento dialético habitualmente foi e é apresentado por seus cultores como o suprassumo da oposição ao raciocínio formalista e linear, por eles associado à lógica formal e ao positivismo. A dialética seria flexível, aberta; a lógica formal e o positivismo, inversamente, seriam rígidos, fechados. O que passa despercebido, nessas caracterizações, é que sempre houve *várias* formas de se apreender a “dialética”, e não somente uma. O contraste entre Hegel e Marx já é bem ilustrativo desse ponto, mas está muito longe de esgotar as possibilidades de exemplificação.

A pergunta que se deseja fazer, aqui, é: foi o pensamento dialético capaz, sempre, de evitar o cartesianismo do “claro e distinto”, dos limites indiscutíveis e nítidos? Voltando, brevemente, à teoria miltoniana dos “dois circuitos”, podemos verificar que ela, que serviu de fonte de inspiração para a minha utilização da ideia de bipolarização, pode, agora, ilustrar igualmente as limitações de certas modalidades de operacionalização e compreensão da “dialética”. Conforme eu asseverei nos anos 1990 (ver, p.ex., SOUZA, 1995, p. 165-166), o tráfico de drogas de varejo, em uma cidade como o Rio de Janeiro, gera um certo “curto-circuito” naquela teoria, ou ao menos evidencia algumas de suas

insuficiências, na medida em que ele mescla elementos de *ambos* os “circuitos”, fazendo com que a distinção entre eles, útil e necessária como uma primeira aproximação, tenha suas fronteiras empiricamente borradas nesse caso concreto, exigindo uma relativização. Não vem a pelo discutir neste momento, obviamente, pormenores da teoria em tela, que ora é lembrada apenas a título de ilustração.

O que está em jogo é o confronto entre aquilo que Cornelius Castoriadis denominou a lógica e a ontologia herdadas, ou, mais especificamente “conjuntista-identitárias” – do francês *ensembliste-identitaire*, que ele também denominou, abreviadamente, “conídicas”, *ensidiques* –, e o que ele chamou de lógica (e ontologia) “dos magmas”, a *logique des magmas* (consulte-se, p.ex., CASTORIADIS, 1975, 1986a, 1986b, 1997 e 1999). Se, dos anos 1940 até o início dos anos 1960, Castoriadis havia aplicado criativamente a dialética marxista, em meados da década de 1960, a reboque de sua definitiva ruptura com o marxismo, seu posicionamento em face da dialética havia mudado: para ele, agora, a dialética de Marx (que ele passara a ver como uma variação não tão significativa, filosoficamente falando, da dialética hegeliana) era uma dialética “fechada” e racionalista, que necessitava ser substituída por outra muito diferente (CASTORIADIS, 1975, pp. 73-76). Essa proposta de uma “outra” dialética, desta vez não racionalista, não foi, contudo, por ele perseguida posteriormente: *A instituição imaginária da sociedade*, sua obra-prima, é o último trabalho em que o vocábulo “dialética” ainda aparece sem uma conotação inteiramente pejorativa (e não esqueçamos de que a parte inicial do livro, em que uma concessão ainda é feita à palavra, no sentido previamente exposto, havia sido redigida, na sua maior parte, dez anos antes, entre 1964 e 1965).<sup>23</sup> Doravante, no vocabulário de Castoriadis, a “dialética” seria sinônimo de dialética hegel-marxiana – uma expressão refinada,

---

<sup>23</sup> “Quando o racionalismo de Marx se dá uma expressão filosófica explícita, ele se apresenta como dialético; e não como uma dialética em geral, mas como a dialética hegeliana, da qual retiramos ‘a forma idealista mistificada’.” (CASTORIADIS, 1975, p. 73) (Em francês, no original: “Lorsque le rationalisme de Marx se donne une expression philosophique explicite, il se présente comme dialectique; et non pas comme une dialectique en général, mais comme la dialectique hégélienne, à laquelle on aurait enlevé ‘la forme idéaliste mistifiée’.”) Esta outra passagem igualmente ilustra o ponto em questão: “A dialética teria que deixar de ser a autoprodução do Absoluto, ela deveria, então, incorporar a relação entre aquele que pensa e o seu objeto, para se tornar a busca concreta do elo misterioso entre o singular e o universal na história, pôr em relação o significado implícito e o significado explícito das ações humanas,

é bem verdade, mas nem por isso deixando de ser a expressão, segundo ele, de um pensamento objetivista, racionalista e até mesmo funcionalista (CASTORIADIS, 1975, pp. 57 et seq. e 160, nota 2; CASTORIADIS, 1986, p. 223). Suas esporádicas menções ao termo “dialética” invariavelmente se revestirão, por conseguinte, de conteúdo negativo.

Não importa tanto, aqui, avaliar o quanto Castoriadis teria sido justo ou injusto com a *ideia* de dialética e com a rica tradição de um pensamento que se vale desse termo, independentemente das *conceituações* particulares legadas por pensadores específicos. Sim, Castoriadis foi, no meu entendimento, excessivamente simplificador e não muito justo, ao proceder – provavelmente como resultado de sua polêmica com o marxismo – a uma tamanha generalização, que se me afigura um pouco forçada. Mais uma vez, porém, a despeito da falta de nuances, ele pôs o dedo sobre uma ferida (exatamente como havia feito, diga-se de passagem, com algumas insuficiências do anarquismo clássico). O que realmente interessa foi o fato de ele ter descortinado, com sofisticação ímpar, as limitações de uma dialética que seja refém da lógica da “determinidade” (*Bestimmtheit*, em Hegel, no original), em que os limites entre entidades (por exemplo, no caso da teoria de Milton Santos, entre cada um dos dois “circuitos”) sejam cartesianamente distinguíveis e estabelecíveis. É à complexidade de uma realidade inapreensível e não elucidável mediante a aplicação da “determinidade” como princípio hegemônico que a “lógica dos magmas” tenta fazer justiça. Isso fica particularmente evidente, no entendimento de Castoriadis, em face dos desafios analíticos postos pela sociedade ou, em suas palavras, pelo “domínio social-histórico”.

O que caracteriza, na sua quintessência, a lógica conídica? Ainda que trabalhos posteriores tenham jogado luz sobre aspectos novos ou trazido minúcias relevantes (ver, p.ex., CASTORIADIS, 1986a e 1986b), seu *magnum opus* pormenoriza o tratamento do

---

revelar as contradições que trabalham o real, ir perpetuamente além do que já foi dado e recusar-se a se estabelecer como um sistema final sem se dissolver no indeterminado.” (CASTORIADIS, 1975, pp. 88-89) (Em francês, no original: “La dialectique devait cesser d’être l’autoproduction de l’Absolu, elle devait désormais incorporer le rapport entre celui qui pensé et son objet, devenir la recherche concrète du mystérieux lien entre le singulier et l’universel dans l’histoire, mettre en relation le sens implicite et le sens explicite des actions humaines, dévoiler les contradictions qui travaillent le réel, dépasser perpétuellement ce qui est déjà donné et refuser de s’établir comme système final sans pour autant se dissoudre dans l’indeterminé.”)



assunto a ponto de, ainda hoje, fornecer material para incontáveis e profícuas discussões (cf. CASTORIADIS, 1975, mormente as págs. 303 et seq.). O que se pode tentar, presente-mente, dentro dos limites de alguns poucos parágrafos, é nada mais que provocar o leitor com uma aproximação sinótica ao tema, convidando-o a prosseguir com a ajuda das obras do próprio Castoriadis.

Muito resumidamente, no coração da lógica conídica se acha a obsessão pela “determinidade” – essa “*hyper-catégorie fondamentale*” (CASTORIADIS, 1986a, p. 220) –, em que o sentido da história e do ser se encontra, segundo Castoriadis, estabelecido, “[...] do princípio ao fim, como determinidade – *peras* para os gregos, *Bestimmtheit* para Hegel –, já excluído por si que poderíamos reconhecer um tipo de ser que escapasse essencialmente à determinidade – como o sócio-histórico ou o imaginário.” (CASTORIADIS, 1975, p. 235).<sup>24</sup> Essa “determinidade” se manifesta, quanto ao aspecto “identitário”, na prisão intelectual que reside em se conceber o tempo enquanto algo repetitivo e fundamentalmente “homogêneo”: “[o] tempo instituído como identitário, ou tempo de localização, é aquele relativo à medição do tempo ou à imposição ao tempo de uma medida, e que, como tal, carrega a segmentação em partes ‘idênticas’ ou idealmente (e impossivelmente) ‘congruentes’.” (CASTORIADIS, 1975, p. 289)<sup>25</sup> Uma prisão que nos induz, ao fim e ao cabo, à “negação do tempo, à atemporalidade” (CASTORIADIS, 1986a, p. 220), por não mais conseguirmos enxergar o tempo como a emergência do radicalmente novo, reduzindo-o, pelo contrário, a um esquema de sucessão do qual estaria ausente a verdadeira criação.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Em francês, no original: “Ce sens, déterminé du début à la fin comme détermination – *peras* chez les Grecs, *Bestimmtheit* chez Hegel – excluait déjà par soi que l’on puisse reconnaître un type d’être d’qui échappe essentiellement à la détermination – comme le social-historique ou l’imaginaire.”

<sup>25</sup> Em francês, no original: “Le temps institué comme identitaire, ou temps de repérage, est celui relatif à la mesure du temps ou à l’imposition au temps d’une mesure, et comme tel porte des segmentations en parties ‘identiques’ ou idéalement (et impossiblement) ‘congruentes’.”

<sup>26</sup> “Criação obviamente significa, aqui, criação autêntica, criação ontológica, a criação de novas Formas ou novos *eides*, para usar o termo platônico.” (CASTORIADIS, 1986a, p. 219) (Em francês, no original: “Création signifie évidemment ici création authentique, création ontologique, la création de nouvelles Formes ou de nouveaux *eidè* pour utiliser le terme platonicien.”)

Quanto ao aspecto “conjuntista”, aqui a referência é, diretamente, à Teoria dos Conjuntos (em especial à sua formulação por Georg Cantor), e o básico se deixa resumir da seguinte forma: “[p]ara poder falar de um conjunto, ou pensar em um conjunto, devemos ser capazes de distinguir-escolher-colocar-coletar-contar-dizer objetos.” (CASTORIADIS, 1975, p. 306)<sup>27</sup> Em outras palavras, devemos ser capazes de esquartejar a realidade – sem deixar resíduo e sem qualquer ambiguidade. Ora, são inumeráveis as facetas ou os elementos da realidade social que escapam a essa possibilidade. Como mensurar a influência cultural dos Estados Unidos no mundo? Ou a sua influência geopolítica, ou até mesmo econômica? Qual é a área de influência de um centro urbano? Como decompor uma “franja rural-urbana” em seus elementos urbanos e rurais, sob os ângulos paisagístico, de lógica de uso da terra etc.? Por óbvio, podemos e devemos nos socorrer de variáveis, parâmetros, indicadores e índices para, com pragmatismo, jogarmos alguma luz, chegarmos a conclusões provisórias e lançarmos alguns palpites sobre essas e tantas outras questões. Mas nossos critérios, por consistentes que sejam, nunca deixarão de ser aproximações inexatas, mesmo que sejam verossimilhantes ou sólidos o suficiente para nos permitirem interpretações e decisões razoáveis.

A obra de Castoriadis acerca da “lógica dos magmas” nos arrosta com grandes dificuldades: não apenas pela originalidade e radicalidade desconcertante de seu pensamento (que, apesar disso, não cede à tentação do modismo e ao apelo da extravagância hermética e oca, pautando-se, pelo contrário, pelo máximo de rigor), mas também porque vivemos imersos em um universo de significações no qual somos socializados tomando a lógica conídica como único e absoluto padrão. Além do mais, como o filósofo assinala, “[s]ó se pode falar de magmas em linguagem comum”, o que quer dizer “que só podemos falar deles usando a dimensão conjuntista-identitária dessa linguagem” (CASTORIADIS, 1986b, p. 393).<sup>28</sup> É, por isso, ainda mais arriscado esboçar uma síntese da

---

<sup>27</sup> Em francês, no original: “Por pouvoir parler d’un ensemble, ou penser un ensemble, il faut pouvoir distinguer-choisir-poser-rassembler-compter-dire des objets.”

<sup>28</sup> Em francês, no original: “On ne peut parler des magmas que dans le langage ordinaire. Cela implique que l’on ne peut parler qu’em utilisant la dimension ensembliste-identitaire de ce langage.”

“lógica dos magmas” em alguns poucos parágrafos do que é o caso com a lógica confídica. Na impossibilidade de me furtar a essa tarefa, contudo, o melhor é deixar falar o próprio Castoriadis. Ele conceituou o “magma” n’A *instituição imaginária da sociedade* da seguinte maneira: “Um magma é aquele do qual se podem extrair (ou: no qual se podem construir) organizações conjuntistas em número indefinido, mas que nunca pode ser reconstituído (idealmente) pela composição conjuntista (finita ou infinita) dessas organizações.”<sup>29</sup> (CASTORIADIS, 1975, p. 461) Em seguida, assim complementou:

Por fim, tentemos, através de um acúmulo de metáforas contraditórias, dar uma descrição intuitiva do que entendemos por magma [...]. Temos que pensar em uma multiplicidade que não o é no sentido ordinário do termo, mas que nós representamos como tal, e que não é multiplicidade, no sentido de que poderíamos enumerar, real ou virtualmente, o que ela “contém”, mas onde podemos identificar a cada vez termos que não são absolutamente confundidos; ou ainda, um número indefinido de termos possivelmente mutáveis reunidos por uma pré-relação opcionalmente transitiva (a remissão); ou a unificação de ingredientes distintos-indistintos de uma diversidade; ou ainda um feixe indefinidamente emaranhado de tecidos conjuntivos, feito de materiais diferentes, mas homogêneos, em todos os lugares salpicados de singularidades virtuais e evanescentes (CASTORIADIS, 1975, p. 462).<sup>30</sup>

Um “magma” não se deixa apreender e capturar mediante os preceitos cartesianos do “claro” e do “distinto”. Estamos diante de um “magma” quando aceitamos estar diante de algo que resiste às tentativas de visualizar fronteiras nítidas, de eliminar a ambiguidade, de se deixar exprimir por meio de quantidades e mensurações inequívocas. Se

<sup>29</sup> Em francês, no original: “Un magma est ce dont on peut extraire (ou: dans quoi on peut construire) des organisations ensemblistes en nombre indéfini, mais qui ne peut jamais être reconstitué (idéalement) par composition ensembliste (finie ou infinie) de ces organisations.”

<sup>30</sup> Em francês, no original: “Essayons enfin, moyennant une accumulation de métaphores contradictoires, de donner une description intuitive de ce que nous entendons par magma (...). Nous avons à penser une multiplicité qui n’est pas une au sens reçu du terme, mais que nous représentons comme une, et qui n’est pas multiplicité, au sens que nous pourrions dénombrer, effectivement ou virtuellement, ce qu’elle “contient”, mais où nous pouvons repérer chaque fois des termes non absolument confondus; ou encore, une indéfinité de termes éventuellement changeants rassemblés par une prérelation facultativement transitive (le renvoi); ou le tenir-ensemble des ingrédients distincts-indistincts d’une diversité; ou encore un faisceau indéfiniment embrouillé de tissus conjonctifs, faits d’étoffes différentes et pourtant homogènes, partout constellé de singularités virtuelles et evanescentes.”

pensarmos em termos de conjuntos, a figura-chave da lógica conjuntista-identitária, teremos que “[u]m magma ‘contém’ conjuntos – e até mesmo um número indefinido de conjuntos –, mas *não é redutível* a conjuntos ou sistemas de conjuntos, por mais ricos e complexos que sejam.” (CASTORIADIS, 1986a, pp. 230-231)<sup>31</sup> Isso significa, por conseguinte, que

[u]m magma não pode ser reconstruído “analiticamente”, nomeadamente por meio de categorias e operações conjuntistas. “Ordem” e “organização” sociais são irreduzíveis às noções usuais de ordem e organização em Matemática, Física ou mesmo Biologia [...]. [O] sócio-histórico *cria* um novo tipo ontológico de ordem (de unidade, coesão e diferenciação organizada) (CASTORIADIS, 1986a, p. 231).<sup>32</sup>

O “magma”, diferentemente do formalismo dos conjuntos e da compreensão linear e identitária do tempo, se abre ao contingente, ao indeterminado e indeterminável; ele não se deixa aprisionar pela “determinidade”, sendo, muito diversamente, tipificado pela qualidade que Castoriadis chamou de “inexaustibilidade” (*inexhaustibilité*), ou “potencialidade indefinida” (*potentialité indéfinie*) (CASTORIADIS, 1986b, pp. 394-396). Se tudo isso parece escorregadio, seria ledoo engano pensar que se trata de um puro e simples hermetismo do texto: o “magma” é, em si, escorregadio, mas nem por isso deixa de ser imaginável, como uma espécie de limite do próprio pensamento: aquilo que resiste à nossa sanha formalizadora e enumeradora.

A “lógica dos magmas” guarda estreita relação com a crítica de Edgar Morin ao “princípio de disjunção”, mencionado na seção precedente; mas é mais radical, sem demérito algum para o titânico e enciclopédico empreendimento de Morin. Edgar Morin deplorou a hegemonia do “princípio de disjunção” e, com uma sistematicidade ímpar,

<sup>31</sup> Em francês, no original: “Un magma ‘contient’ des ensembles – et même un nombre indéfini d’ensembles –, mais *n’est pas réductible* à des ensembles ou à des systèmes d’ensembles, aussi riches et complexes soient-ils.”

<sup>32</sup> Em francês, no original: “Un magma ne peut être reconstitué ‘analytiquement’, à savoir au moyen de catégories et d’opérations ensemblistes. L’ordre’ et l’organisation’ sociaux sont irréductibles aux notions habituelles de l’ordre et de l’organisation em mathématique, em physique ou même en biologie [...]. [L]e social-historique *créé* un type ontologique nouveau d’ordre (d’unité, cohésion et différenciation organisée).”

mostrou como as mais diversas formas de conhecimento concernentes às “esferas” (“estratos de ser”, diria Castoriadis) física, biológica e antropossocial são prejudicadas pelas separações artificiais que mutilam a realidade e nossa percepção dela, impedindo-nos de articular eficientemente os componentes da tríade indivíduo-sociedade-espécie. O que lhe falta, entretanto, é uma maior acuidade filosófica na análise do que está por trás e na base dessa hegemonia do “princípio de disjunção” – em busca de cujas causas Castoriadis mergulhou, singularmente, a profundidades abissais.

Também é válido registrar, a título de comparação, que a crítica de Castoriadis à “lógica e à ontologia herdadas”, que é, de resto, uma objeção a tudo aquilo de que o positivismo nada mais é que uma das expressões particulares, é mais arrojada e também mais abrangente que as críticas da Escola de Frankfurt à “teoria tradicional” e ao positivismo, inclusive por ser uma denúncia visceral do próprio marxismo enquanto manifestação de um pensamento crítico positivizado (com o perdão do oxímoro). Na verdade, enquanto o positivismo é um vício do qual também os cientistas naturais podem e devem se livrar,<sup>33</sup> a lógica e a ontologia conídicadas encontram correspondência em um “estrato de ser” que é o próprio ser vivo (para não mencionar o inanimado); nessa condição, elas têm um âmbito de validade próprio e inegável: “[p]ode-se dizer que a sociedade encontra imediatamente um primeiro estrato natural – aquele mesmo de onde emerge a humanidade – que não é apenas conjuntizável, mas que já é conjuntizado por si mesmo: espécies vivas, variedades de terras e minerais, o Sol, a Lua e as estrelas não esperaram ser ditos ou instituídos para serem distintos e definidos, para possuírem propriedades estáveis e formar classes.”<sup>34</sup> (CASTORIADIS, 1975, pp. 315-316)<sup>35</sup> O problema seria, então, o de evitar a *absolutização* dessa lógica e dessa ontologia e, finalmente, a sua transposição e imposição ao conhecimento do social – ou, para citar textualmente Castoriadis, “[...]”

<sup>33</sup> Ver, a esse propósito, Castoriadis (1978).

<sup>34</sup> Em francês, no original: “On pourrait dire que la société rencontre d’emblée une première strate naturelle – celle-là même dont l’humanité emerge – qui est non seulement ensemblisable, mais déjà ensemblisée par soi: espèces vivantes, variétés de terres et de minerais, Soleil, Lune et étoiles, n’ont pas attendu d’être dits ou institués pour être distincts et définis, pour posséder des propriétés stables et former des classes.”

<sup>35</sup> Ver, também, sobre isso, Castoriadis (1986b, p. 405).

l'imposition au social-historique de la logique-ontologie héritée" (CASTORIADIS, 1975, p. 235) –, sem que dessa ressalva decorra que seria necessário abandonar a ciência natural *per se*. Essa lucidez, aliás, nos faculta ver que Castoriadis abre as portas para a coexistência (não propriamente harmônica e nem sempre pacífica, mas definitivamente construtiva) entre os esforços de explicação ou elucidação polarizados por esses dois “estratos” ontológicos (para usar, novamente, sua expressão): de um lado, o domínio do vivente e o da *physis* em geral, e, de outro, o domínio social-histórico (ao qual ele junta um outro, dele distinto e indissociável, que é o psíquico).<sup>36</sup>

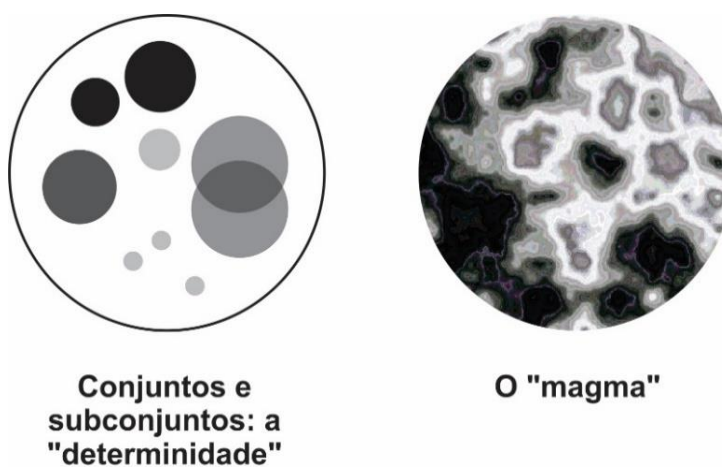
Por último, ainda a título de comparação, é lícito observar que a “lógica dos magmas” é próxima de muitos esforços de desenvolvimento de lógicas não clássicas, como as paracompletas e as paraconsistentes. Uma analogia que se impõe de imediato é com a “lógica nebulosa” (*fuzzy logic*) do matemático azerbaijano-americano Lotfi A. Zadeh. Porém, a “lógica dos magmas”, voltada sobretudo para a elucidação do que é próprio ao domínio social-histórico (por mais que não se restrinja a ele), e por seu contraste deliberado, principalmente, com a dialética racionalista e determinista hegel-marxiana, nos é especialmente útil quando o que está em jogo é o oferecimento de reparos construtivos a essa tradição filosófica.

---

<sup>36</sup> Ele reconhece que “[o] escoramento no natural surge como uma injunção potencial, reunindo as condições favoráveis ou desfavoráveis para o fazer; mas só o é, e só se torna assim, correlativamente ao fazer e a tal fazer específico.” (Em francês, no original: “L’étayage naturel apparaît comme injonction potentielle, rassemblement des conditions favorables ou défavorables pour le faire; mais il n’est et ne devient tel que corrélativement au faire et à tel faire.”) Ao mesmo tempo, contudo, ele parece minimizar um pouco os condicionamentos da “natureza primeira”... Ao dar o exemplo da distinção biológica entre homem e mulher, sua ponderação soa precisa: “Esse fato natural cria marcos ou limites para a instituição da sociedade; mas a consideração desses limites fornece apenas trivialidades.” (CASTORIADIS, 1975, p. 313) (Em francês, no original: “Ce fait naturel fait exister des butées ou des limites à l’institution de la Société; mais la considération de ces limites ne fournit que des trivialités.”) Todavia, muitas dinâmicas ecológico-sociais e problemas ecossociais nos mostram, exatamente, a *não trivialidade* dos vínculos entre o social e o ecológico, no âmbito de tentativas de análise de processos vivos e concretos de sofrimento ambiental, por exemplo. É preciso, assim, com olhos de geógrafo, aclarar o sentido dessa “trivialidade” do “*première strate naturelle*” (CASTORIADIS, 1975, p. 313) no que tange à “explicação” do social-histórico: a *physis*, certamente, não “explica” o porquê de cada sociedade/cultura encontrar tal ou qual solução, trilhar tal ou qual caminho; as causas deverão ser buscadas no processo de instituição histórica de cada sociedade (um processo de *criação* radical de significações), e quanto a isso Castoriadis tem plena razão. Daí não se deduza, porém, que a análise dos problemas e conflitos sociais dispensaria um exame dos entrelaçamentos complexos e intrincados (atritos, descompassos, etc.) entre dinâmicas ecológicas (vulnerabilidades ecossistêmicas, efeitos termodinâmicos etc.) e dinâmicas sociais (“imperativos” econômicos impessoais, interesses de grupos, construção de identidades sócio-espaciais etc.).

Aceitando a temerária tarefa de expressar a ideia de “magma” graficamente, o resultado poderia ser aquele da **Fig. 7**: sem dúvida, não estamos diante nem de um mero sincretismo, como na ilustração **2a** da **Fig. 2**, nem de uma fusão ou de um amálgama (uma síntese no estilo marxista) em que se apagam as diferenças, como em **2c**. O “estrato” (para usar, uma vez mais, o termo castoriadiano) ou a dimensão “magmática” coexiste tensamente com o “estrato” ou a dimensão conjuntista-identitária da realidade – realidade essa que, para ser pensada e elucidada, notadamente no que diz respeito à sociedade (ou seja, para além do vivente e do inanimado enquanto tal), precisará ser pensada e elucidada tendo essa relação tensa e contraditória em mente. Para explicitar e acentuar o contraste, a representação da ideia de “magma” se acha precedida pela representação de um conjunto e vários subconjuntos, como expressão da ideia de “determinidade”.

**Fig. 7:** Conjuntos e “magma”: duas lógicas radicalmente distintas.



Fonte: Elaboração própria.

As exigências e requisitos para se operar com uma lógica “magmática”, em aberto desafio à lógica confídica na qual fomos socializados – para essa aventura não há receita que traga completa segurança. O navegar haverá sempre de se dar em mares revoltos, sem o conforto (tão ilusório!) do “método científico único”:

Também é claro que se uma – ou mais – nova lógica conseguisse ser construída, sua relação com a lógica identitária não poderia, por sua vez, ser pensada no quadro herdado. Porque não poderia ser simplesmente acrescentada à lógica identitária, nem considerada como uma generalização ou como uma mera ultrapassagem desta. Ela só poderia manter relação paradoxal *sui generis* com a lógica identitária ou conjuntista, já que deveria, por exemplo, ela própria usar termos distintos e definidos – como fazemos aqui constantemente – para dizer o que é, se deixa pensar ou se deixa dizer que *não é*, em tal região ou tal estrato, organizado em si mesmo segundo os modos do distinto e do definido<sup>37</sup> (CASTORIADIS, 1975, p. 458).

Acertadamente pondera o autor que “o ser vivo organiza uma parte ou estrato do mundo físico para si, ele o reconstrói para formar seu próprio mundo”, para, ato contínuo, acrescentar: “[e]le não pode transgredir nem ignorar as leis físicas, mas estabelece novas leis, suas leis”.<sup>38</sup> (CASTORIADIS, 1986b, p. 228) “Leis” sociais essas que, se não se deduzem da natureza e nem se reduzem a determinações naturais – como apropriadamente sublinha o filósofo –, não deixam, por outro lado, de se entrelaçar com fatores físico-biológicos, a exemplo dos condicionamentos genéticos. A dimensão da espécie (como diria Morin), ou do vivente (ou mesmo aquela do inanimado, isto é, do físico e do químico), se não deve ser exagerada (como tem sido praticamente a regra, e não só entre cientistas naturais), tampouco deve ser subestimada.

Retornemos, pois, finalmente, à Geografia. A perspectiva ecogeográfica de construção dos objetos de conhecimento é atraída pelo polo epistemológico do conhecimento sobre a natureza; contudo, diversamente da “Geografia Física” convencional (ou, mais especificamente, da Geomorfologia, Pedologia etc.), desinteressada pela pesquisa

---

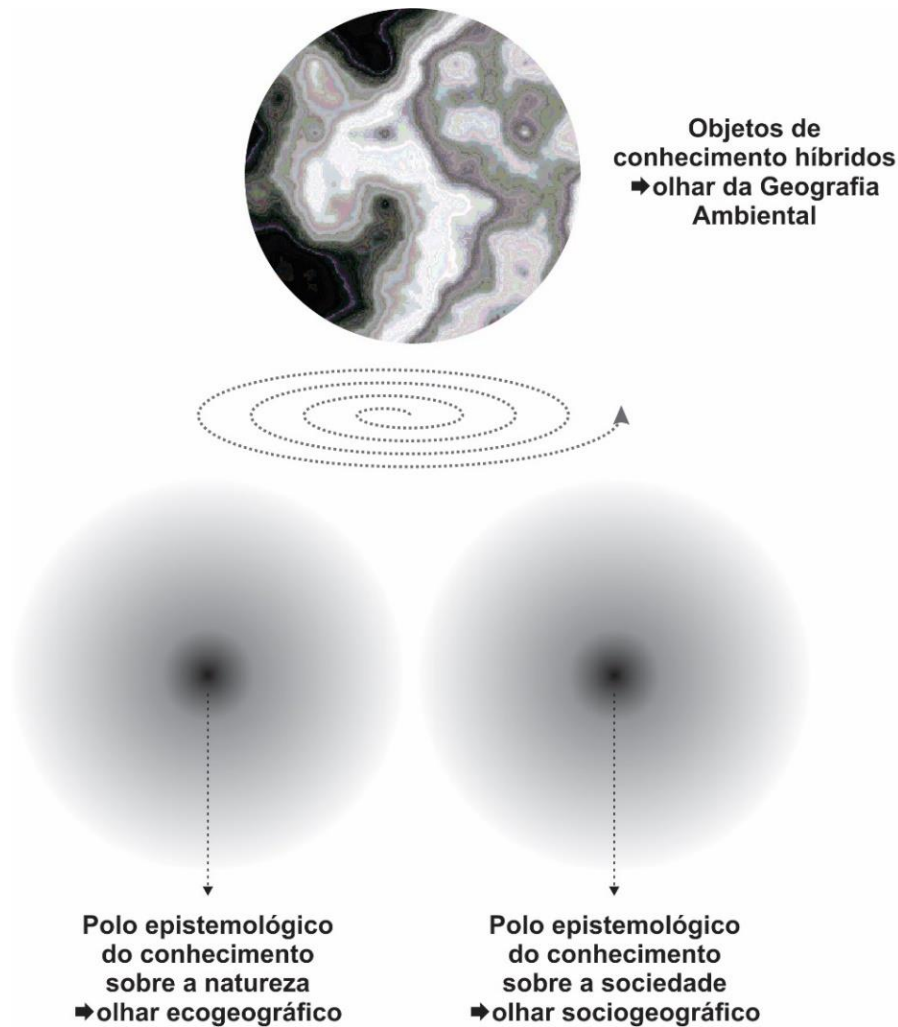
<sup>37</sup> Em francês, no original: “Il est aussi clair que si une – ou plusieurs – nouvelle logique parvenait à être constituée, son rapport à la logique identitaire ne pourrait pas, à son tour, être pensé dans le cadre hérité. Car elle ne pourrait être ni simplement ajoutée à la logique identitaire, ni considérée comme une généralisation ou un dépassement de celle-ci. Elle ne pourrait entretenir avec la logique identitaire ou ensembliste qu’une relation paradoxale *sui generis*, puisqu’elle devrait, par exemple, utiliser elle-même des termes distincts et définis – comme nous le faisons ici sans cesse – pour dire que ce qui est, se laisse penser ou se laisse dire n’est pas, dans telle région ou telle strate, organisé en lui-même selon les modes du distinct et du défini.”

<sup>38</sup> Em francês, no original: “L’être vivant organise pour soi une partie ou strate du monde physique, il la reconstruit pour former son propre monde. Il ne peut ni transgresser ni ignorer les lois physiques, mais il pose des lois nouvelles, ses lois.”



sociogeográfica, a Ecogeografia, nos moldes de Tricart, resiste a submeter-se a uma atração total, abrindo-se, pelo contrário, ao diálogo (tensão produtiva/construtiva) com o olhar que lhe faz contraponto, o sociogeográfico. De sua parte, similarmente, a perspectiva sociogeográfica, atraída pelo polo epistemológico do conhecimento sobre a sociedade, distingue-se de uma “Geografia Humana” com pretensões a afirmar-se como “ciência social pura” (e, destarte, desinteressada pela pesquisa ecogeográfica) por, na tradição reclusiana da *géographie sociale*, não desdenhar a *physis*, isto é, os processos/dinâmicas/ciclos geobiofísicos. É na sinergia derivada do encontro dessas duas estratégias ou perspectivas que consiste a matéria-prima epistêmica para a construção de objetos de conhecimento híbridos que façam justiça à lógica magmática, correspondendo, da melhor maneira possível, ao enfoque próprio à Geografia Ambiental, como se procurou retratar esquematicamente na **Fig. 8**.

**Fig. 8:** Aplicando a *Aufhebung* (revista e reconfigurada com o auxílio da “lógica dos magmas”) à Geografia Ambiental.



Fonte: Elaboração própria.

A *physis* e o *nómos* devem ser, por conseguinte, *superados*, em nome dos híbridos: pensemos, para ilustrar, no saber sobre os animais que conosco convivem (dos domésticos aos “liminares”, e até mesmo aos “selvagens” nos zoológicos e parques); pensemos nos direitos dos animais ao não sofrimento, pelo menos no caso dos animais sencientes; pensemos no estudo do aquecimento global e da intensificação da frequência de eventos climáticos extremos; pensemos na pesquisa sobre a acidificação dos oceanos ou

sobre os microplásticos que neles cada vez mais abundam (sem esquecer, aliás, dos “plastiglomerados”); pensemos na análise da fabricação social de desastres ambientais; pensemos na investigação de processos de contaminação de ar, água e solos associados a quadros de sofrimento e injustiça ambientais; e pensemos, ainda, em muitas outras situações, impossíveis de serem, todas, registradas agora. Ao mesmo tempo, entretanto, a distinção entre *physis* e *nómos* merece ser constantemente *conservada* enquanto tal, ou melhor, recolocada/reposta – pois *physis* e *nómos* são irreduzíveis um ao outro, formando, juntos, um momento de unidade na diversidade que possui utilidade ético-política, ademais de epistêmica: pensemos nos custos intelectuais de insistirmos em uma uniformização epistemológica e teórico-metodológica; pensemos nos custos antiemancipatórios de atribuirmos simplesmente a causas extrassociais (“desastres naturais”, “acidentes” etc.) a origem última ou predominante de muitas tragédias sociais e a responsabilidade por decisões que poderiam tê-las evitado ou amenizado; pensemos nos custos político-culturais (obscurantismo) de menoscarmos as ciências naturais e seus métodos, imaginando, ingenuamente, que alguma forma de “pensamento mágico” substituirá a eficácia de vacinas, cirurgias etc. Conservar e superar, superar e conservar: eis a contradição sempre renovada que é agasalhada pelo pluralismo ontológico. Saudemo-la, pois é o mais razoável a se fazer.

A esta altura, fica mais fácil apreciarmos, para além dos aspectos positivos da abordagem de Bruno Latour, também os negativos. Independentemente da pertinência ou não de se classificar esse autor como integrando as fileiras dos “pós-modernos”, o relativismo e o subjetivismo da proposta teórica (ou ontológica, como ele parece preferir) a ele associada – a *Théorie de l'acteur-réseaux*, também conhecida pela sigla ANT, do inglês *Actor-Network Theory* (LATOURE, 2005) – conferem às suas ideias uma inegável afinidade com aquele meio intelectual. A recusa do positivismo e do objetivismo, pragas das quais também grande parte do pensamento socialmente crítico (a começar pelo marxismo típico) não conseguiu manter-se a salvo, não precisa e nem deve se refugiar na fantasma-

gorização da realidade, reduzida a infinitas camadas discursivas. Assim tratada, a “realidade” será como um barco atirado para lá e para cá pelas ondas, em um mar revolto de significados mais ou menos arbitrários, sem estabilidade e possibilidade de ancoragem – receita certa para o naufrágio ético e epistêmico tão comum entre os “pós-modernos”, com seu quase “voyeurismo” político.<sup>39</sup>

Mais especificamente, rejeitar uma *separação cartesiana* entre natureza e sociedade é uma coisa; mas abrir mão da distinção entre *physis* e *nómos* (entre *erste Natur* e *zweite Natur*) é outra coisa, bem diferente – e bastante problemática, tanto intelectual quanto politicamente. Não admira que outras culturas não estabeleçam aquela distinção; sociedades pré-capitalistas, de agricultores e pastores (ou caçadores e coletores), se acham tão amalgamadas com os ciclos da “natureza primeira”, e também tão submetidas aos caprichos das intempéries, que os fenômenos dos quais tanto dependem para cultivar, se alimentar, se orientar etc. (o Sol, a Lua, as estrelas, os rios...) assumem a forma de entidades deificadas. O capitalismo e a ciência e a tecnologia que com ele se imbricaram trouxeram um processo contraditório de benção e maldição: desencantaram o mundo, e isso facilitou a sua rapina, a sua violação, o aniquilamento de ecossistemas inteiros e a

---

<sup>39</sup> Levantar objeções contra o relativismo e o *constructivism* (bem como contra o seu parente próximo, tão influente na Geografia contemporânea, o *social constructionism*) não precisa ter nada a ver com uma corroboração do velho objetivismo (ou *realism*, como preferem os anglo-saxões). Cornelius Castoriadis já havia cortado o nó górdio, ao asseverar (e demonstrar mediante o conjunto de sua obra) que, “[e]m última análise, [...] a questão de saber ‘que é, naquilo que conhecemos, que “provém” do observador (de nós), e o que “provém” daquilo que é?’, essa questão permanecerá sempre indecível.” (CASTORIADIS, 1986a, p. 220) (Em francês, no original: “D’un point de vue ultime, la question: ‘Qu’est-ce qui, dans ce que nous connaissons, “provient” de l’observateur (de nous) et qu’est-ce qui “provient” de ce qui est?’ cette question est, et restera à jamais, indécidable.”) Isso, longe de conduzir a uma paralisia, nos convida a uma postura equilibrada e não dogmática. Mais recentemente, e de maneira notavelmente densa, sistemática e persuasiva, o filósofo alemão Markus Gabriel, com seu “Novo Realismo Ontológico”, logrou ultrapassar, simultaneamente, o que ele chamou de “um mundo sem espectadores” e o mundo como sendo, meramente, o “mundo dos espectadores”: “[...] o realismo está exclusivamente interessado no mundo sem espectadores, enquanto que o construtivismo está exclusivamente interessado no mundo dos espectadores (oscilando entre colocar em suspenso, fenomenologicamente, o mundo, deixando de lado os espectadores, e a negação total do primeiro).” (GABRIEL, 2015, p. 11) (Em inglês, no original: “realism is exclusively interested in the world without spectators, whereas constructivism is exclusively interested in the world of the spectators (oscillating between phenomenologically bracketing the world without spectators and its outright denial).” Em seguida, ele acrescenta: “O novo realismo ontológico, diante disso, ocupa um meio-termo, ao reconhecer a existência de perspectivas e construções como relações envolvendo o mundo.” (p. 11) (Em inglês, no original: “New ontological realism accordingly occupies middle ground by recognising the existence of perspectives and constructions as world-involving relations.”)

destruição de paisagens e modos de vida em nome do “progresso” (ou do “desenvolvimento econômico”) e a serviço da acumulação de capital; a superação de superstições, na esteira da Razão, transmutou-se em racionalismo triunfante, em produtivismo antiecológico, em mecanismos frios que devoram e desperdiçam vidas, com sangue humano e não humano sendo exigido em sacrifícios ao Deus Capital, e jorrando aos borbotões. No entanto, não nos esqueçamos: atribuir a fontes extrassociais (à *physis* ou ao Divino) o *nómos*, nunca teve nada de emancipatório. O mesmo Ocidente que, em suas entranhas, gestou a pilhagem da acumulação primitiva de capital e os genocídios e etnocídios associados à Conquista e ao imperialismo, a ideologia da “dominação da natureza”, duas guerras mundiais e o Holocausto, também engendrou a *democracia*, a *autonomia*, a *anarquia*, a *isonomia* e outras tantas noções herdadas dos gregos, bem como o movimento operário, o feminismo e a luta contra o racismo e a homofobia – ideários e lutas sem os quais estaríamos condenados a um retrocesso político brutal.

## **Conclusão: Um novo contrato epistemológico**

As teorias políticas chamadas de “contratualistas” constituem uma longa linhagem, que vai de Thomas Hobbes e John Locke até autores situados dentro de nosso horizonte histórico como John Rawls, passando por aquela que é talvez a versão mais conhecida, a abordagem rousseauiana do “contrato social”. Não é preciso ir muito longe para verificar que inspirar-se em uma tal fonte para construir uma analogia, no âmbito de um pensamento que se pretende socialmente crítico e inconformista, depreende cuidados e um bom distanciamento; afinal de contas, os contratualistas estiveram e estão a lidar com situações em que se pressupõe a existência de governantes e governados e,

ainda por cima, tipicamente um quadro político-social marcado por hierarquia e assimetria estruturais.<sup>40</sup> No entanto, sempre é possível estender a ideia de um “contrato” (ou, no fundo, tomá-la em seu sentido mais corriqueiro) para compreender que as partes envolvidas não precisam se relacionar por meio de estruturas de dominação, exploração e opressão, perante as quais a clássica hipótese contratualista de uma aquiescência dos governados não passa de artifício ideológico para justificar desigualdades. Um “contrato”, inclusive em uma escala macrossocial, bem pode se pautar não pela heteronomia, mas sim pela autonomia dos envolvidos, situação em que estaremos diante de uma regulação das condições da autoinstituição explícita e consciente da sociedade, ou da *autogestão*.

A ideia de uma autorregulação entre iguais pode ser transposta, agora, para o plano das relações entre profissionais praticantes de uma dada área do conhecimento. Por mais que existam situações de assimetria de poder no interior do próprio mundo acadêmico (papéis formais de *docente* e *discente*, *orientador* e *orientando* etc.), isso não elimina o fato de que, idealmente ao menos, colegas professores podem e devem se tratar como pares (o fim das cátedras foi, no Brasil, um passo que facilitou enormemente isso), além de poderem e deverem enxergar em seus alunos jovens profissionais com menos experiência e em treinamento, e não subalternos. Os praticantes de uma área do conhecimento científico, e sobretudo aqueles que, mediante suas pesquisas, publicações e falas públicas se tornam particularmente influentes, propõem, debates e ajudam a estabelecer as *regras de convivência* e os *princípios* que nortearão o *quotidiano da formação*, a *identidade discursiva* e a *imagem pública* da área em questão. Compreendendo a Epistemologia como o exame e a reflexão em torno das condições do trabalho científico (da

---

<sup>40</sup> Quanto a isso, Rawls parece configurar uma notável exceção: o modelo rawlsiano, com o seu aparentemente singelo, mas extremamente inteligente artifício do “véu da ignorância”, potencialmente indutor de um compromisso com a real igualdade de oportunidades (RAWLS, 1972), empurra o pensamento liberal até seu limite extremo, ao estabelecer a justiça como equidade. A teoria rawlsiana da justiça constitui, todavia, uma exceção apenas parcial. Conforme outros autores já apontaram com propriedade, até mesmo Rawls se mostra um tanto complacente para com desigualdades econômico-sociais (vide, p.ex., DANIELS, 1989), além de priorizar tão exclusivamente a edificação de uma teoria transcendental voltada para discernir a situação *ideal* de justiça, que se mostra desatento relativamente à gravidade de situações injustas *concretas* (SEN, 2009).

relação entre Sujeito e Objeto às possibilidades específicas de conceituação do que sejam “rigor”, “teoria”, “honestidade intelectual” etc., passando pelos vínculos entre os métodos e seus conteúdos), é possível dizer que cada área do conhecimento se caracteriza por um “contrato epistemológico”. Diferentemente das noções de “paradigma” e “ciência normal”, de Thomas Kuhn (KUHN, 1970), a ideia de contrato epistemológico não parte da premissa de que o contrato precisa ser aceito por todos; muito especialmente nas ciências da sociedade, certos detalhes contratuais podem não ser consensuais (basta pensarmos nas diversas querelas envolvendo positivistas, materialistas históricos, social-construcionistas, e assim sucessivamente), e rebeldes podem até mesmo fazer algum sucesso como *outsiders* sem, nem por isso, serem tachados de loucos. De toda sorte, de um modo geral, sempre haverá alguma coisa que torna um discurso sociológico, antropológico, econômico, politológico, historiográfico ou geográfico mais ou menos reconhecível como tal. Um certo solo comum epistemológico (com o compartilhamento de tradições e histórias, conceitos, autores de referência, discussões teóricas, métodos e técnicas, *ainda que de maneira polêmica e com dissensos fundamentais*) significa, em última instância, que há algum contrato vigente: os cursos de graduação e pós-graduação são os mesmos, e também o são as associações profissionais e, até certo ponto, os periódicos e os congressos ou simpósios; as divergências teóricas e político-filosóficas não impedem que se converse e que se reconheça uma determinada identidade profissional (“economista”, “sociólogo”, “antropólogo” etc.) como uma linha que costura correntes e interpretações díspares.

No caso da Geografia, o contrato epistemológico que vigorou durante mais de um século teve como um de seus pilares, ou talvez como o seu pilar por excelência, a convicção de que a Geografia não é apenas uma ciência natural ou social, mas sim um conhecimento epistemologicamente mestiço, híbrido (uma “ciência-ponte” ou “ciência de síntese”, como preconizavam todos os clássicos da área), cabendo aos geógrafos de carne e osso encontrar formas de cooperação e convivência frutífera a despeito de quaisquer preferências e especializações temáticas – e em que pesassem possíveis contenciosos

interpretativos e discordâncias políticas. Todos seriam, afinal de contas, geógrafos: o especialista em Geomorfologia ou Biogeografia não desdenharia os estudos de Geografia da População ou Geografia Econômica, e o especialista em Geografia Agrária ou Geografia Regional haveria de demonstrar a devida proficiência no tocante às chamadas “bases físicas” (relevo, clima, solos etc.) que informariam as pesquisas em Geografia Agrária, Geografia Cultural, e assim sucessivamente.

Nas décadas de 1970 e 1980, o contrato epistemológico acima delineado foi rompido. Por uma das partes (“Geografia Humana”), foi ele, em larga medida, denunciado estridentemente; pela outra (“Geografia Física”), ele foi, basicamente, quebrado de modo mais silencioso, mas nem por isso menos efetivo.

A trágica contradição embutida na trajetória disciplinar da Geografia consiste em que, exatamente a partir da década de 1970, quando geógrafos “humanos” e “físicos” aceleraram tremendamente o afastamento uns dos outros, desdenhando a ideia de um saber que fosse uma “ponte” entre conhecimento da natureza e da sociedade, o mundo – de agências governamentais e organismos multilaterais a movimentos sociais – passou, com uma velocidade crescente, a dar atenção a problemas e desafios que, inequivocamente, exigem uma articulação de saberes e colocam em xeque a “estratégia de purificação” sofregamente esposada por tantos geógrafos. Foi uma grande ironia do destino, que colheu os geógrafos despreparados para ler o momento adequadamente: é como se eles tivessem os guarda-chuvas justamente quando começou a chover... Como um indivíduo um tanto obtuso, que só ri da piada após constrangedores segundos, a Geografia estava reagindo de forma, em última instância, extemporânea. Outras disciplinas, não atormentadas por dúvidas e complexos, se sentiram, bem ao contrário, livres para a incorporação das preocupações do momento. Foi assim que, precisamente desde os anos 1970, vêm ganhando corpo e adquirindo visibilidade subcampos como “Sociologia Ambi-



ental”, “Antropologia Ambiental”, “Economia Ecológica”, “Economia do Meio Ambiente”, e assim sucessivamente; tampouco a Filosofia esteve à margem dessa tendência.<sup>41</sup> Para coroar, é triste constatar, como fez Weichhart (2003, p. 29), que essas outras disciplinas, muitas vezes, nem sequer se dão ao trabalho de tomar conhecimento do acervo de discussões conceituais e estudos empíricos acumulado pelos geógrafos desde o século XIX.

No último quartel do século XX, os geógrafos anglófonos que não aceitavam aquela “estratégia de purificação” tiveram de se refugiar, no caso daqueles epistemologicamente identificados com um figurino mais convencional, na chamada *land-change science*; ou, no caso daqueles críticos do positivismo e resolutamente anticonservadores, na *political ecology*. As situações, a correlação de forças e o *timing* variaram de acordo com o país, mas, na substância, as semelhanças contaram muito mais que as discrepâncias – ainda mais porque, com o século XX se aproximando do seu final, a hegemonia da Geografia anglo-saxônica e da língua inglesa foram forçando, paulatinamente, uma convergência de agendas, em detrimento do devido reconhecimento de singularidades histórico-culturais e intelectuais. Na Alemanha, a rejeição à Geografia clássica deu lugar, a partir dos anos 1960 e 1970, não a uma marcha avassaladora da “Geografia quantitativa”, na sequência grandemente substituída por uma “Geografia radical” (e pela “Geografia humanística”), como no mundo anglófono; o que ocorreu foi, até os anos 1990, a sobrevivência de uma Geografia voltada para o estudo das relações *Gesellschaft-Umwelt*, ainda que renovada sob o influxo de alguns novos debates teórico-conceituais (a usual recusa do conceito-valise de *Landschaft* é um símbolo), até que, nos últimos dois ou três decênios, debates conceituais e teóricos importados em grande parte da Geografia anglo-saxônica (especialmente da *new cultural geography*), finalmente, consolidaram a Geografia

---

<sup>41</sup> Dois bons exemplos mais ou menos recentes, entre os muitos que poderiam ser aqui lembrados, são: *Biosocial Becomings: Integrating Social and Biological Anthropology*, coletânea organizada pelos antropólogos Tim Ingold e Gisli Palsson (INGOLD; PALSSON, 2013); e *Environments, Natures and Social Theory: Towards a Critical Hybridity*, da autoria de três sociólogos (WHITE et al., 2016) – os quais, diga-se de passagem, valorizam a interlocução com os geógrafos de língua inglesa que, nas duas últimas décadas, vêm participando da construção de uma *environmental geography*.

alemã como, em grande medida, uma “colônia” da Geografia de língua inglesa. Na França, a emergência de uma “renovação crítica” foi paralela, a despeito de especificidades, à ascensão da *radical geography*, na década de 1970; por conta do costumeiro monolinguismo e do típico ensimesmamento dos geógrafos anglófonos, a Geografia francesa das últimas décadas tem sido muito mais influenciada pela Geografia anglo-saxônica que o contrário – apesar da sofreguidão com que pensadores franceses, de Althusser a Foucault, de Lefebvre a Deleuze e Guattari, e de Bourdieu a Derrida, e mais recentemente Latour, passaram a ser recebidos e lidos (em tradução, claro) por geógrafos ingleses, estadunidenses etc. No Brasil, os geógrafos experimentaram e protagonizaram uma das mais poderosas “estratégias de purificação” de que se tem notícia na Geografia internacional, sendo o Congresso da AGB de Fortaleza, em 1978, um marco; isso dificultou muito a valorização, pelos geógrafos críticos de figurino marxista, da Ecologia Política (com as exceções de praxe, como Orlando Valverde, principalmente nos anos 1970 e 1980, e Carlos Walter Porto-Gonçalves, a partir da década de 1980). No caso brasileiro, curiosa e tristemente, a Geografia terminou por se beneficiar pouco da existência de uma forte e rica tradição de Ecologia Política.

O ensaio já está bastante longo; é chegada a hora de encerrá-lo. Faz-se mister, entretanto, tocar ainda em um derradeiro ponto – que, por vir no final, nem por isso é menos relevante. A argumentação em favor da Geografia Ambiental como *Aufhebung* levou em conta a história de uma disciplina acadêmica e estribou-se em raciocínios e conteúdos lógicos, epistemológicos e teóricos. Porém, *justificar* a Geografia Ambiental nesses termos não é algo que se deva fazer exclusivamente com a ajuda de aportes filosóficos e científicos. Irei ainda mais longe: para *viabilizar* plenamente esse projeto, tampouco devemos nos escudar somente em tais contribuições. Uma justificativa especialmente forte para aqueles que esposam uma visão de mundo socialmente crítica e inconformista é aquela fornecida pelas lutas sociais e sua necessidade cada vez mais frequente de conhecimentos de tipo híbrido; tenho exemplificado isso, principalmente, com o movimento

por justiça ambiental (vide, p.ex., SOUZA, 2020), mas várias outras ilustrações são possíveis, da promoção da agroecologia às mobilizações e aos protestos contra a rapina e a devastação da mineração e do neoextrativismo. Adicionalmente, é possível defender que, além de inspirar-se na práxis (inclusive para retroalimentá-la), uma Geografia Ambiental, mormente se engajada e consistentemente antipositivista e anticientificista, só poderá ser concretizada de modo totalmente coerente se souber aprender substantivamente com a sabedoria e os conhecimentos acumulados ao longo de muitas ou incontáveis gerações por indígenas, camponeses e populações e comunidades tradicionais em geral. Não é preciso acreditar, ingenuamente, que, como em um idílio de perfeita harmonia, os conhecimentos científicos e tradicionais ou populares serão sempre compatíveis. Basta crer que é desse diálogo de saberes, que transcende o “diálogo de saberes intradisciplinar” e vai além da própria interdisciplinaridade (SOUZA, 2019b, pp. 32-33), que pode surgir uma sinergia não apenas intelectual, mas igualmente ético-política, que dê significativa visibilidade pública e robusta legitimidade social à Geografia Ambiental.

O ex-presidente soviético Mikhail Gorbatchov fez história como um estadista dotado de grande senso de oportunidade (ou, dependendo do ponto de vista, como um notável oportunista). Consta que ele teria dito, em 6 de outubro de 1989, ao então presidente do Conselho de Estado da Alemanha Oriental, Erich Honecker: “aquele que chega tarde demais é punido pela vida”. É fácil presumir que Honecker ignorou a advertência; seja lá como for, àquela altura, não adiantaria mais nada. Culminando semanas de protestos populares e alguns episódios rocambolescos, Honecker renunciava pouco mais de duas semanas depois, e, em 9 de novembro, alemães ocidentais e orientais confraternizaram sobre o Muro de Berlim (que, oficialmente, só seria derrubado a partir de junho do ano seguinte), sob os olhos de guardas fronteiriços atônitos e impotentes. Se a historietta sobre a suposta conversa entre Gorbatchov e Honecker é verdadeira ou não, isso é o que menos importa: os geógrafos fariam bem em prestar atenção àquela famosa frase.

## Referências

- BEROUTCHACHVILI, Nicolas; BERTRAND, Georges. Le géosystème ou “système territorial naturel”. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, v. 49, n° 2, p. 167-180, 1978.
- BERTRAND, Georges. Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, v. 39, n° 3, p. 249-272, 1968.
- BOCCO, Gerardo; URQUIJO, Pedro S. Geografía ambiental: Reflexiones teóricas y práctica institucional. **Región y Sociedad**, Año XXV, n° 56, p. 75-101, 2013.
- CAROL, Hans. Zur Diskussion um Landschaft und Geographie. **Geographica Helvetica**, v. 11, pp. 113-114, 1956.
- CASTORIADIS, Cornelius. **L’institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975. (A primeira edição brasileira de *A instituição imaginária da sociedade* foi publicada, com alguns problemas de tradução, pela editora Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 1982.)
- CASTORIADIS, Cornelius. Science moderne et interrogation philosophique. In: **Les carrefours du labyrinthe**. Paris: Seuil, 1978. (A primeira edição brasileira de *As encruzilhadas do labirinto* foi publicada pela editora Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 1987.)
- CASTORIADIS, Cornelius. L’imaginaire: la création dans le domaine social-historique. In: **Domaines de l’homme – Les carrefours du labyrinthe II**. Paris: Seuil, 1986a [1981/1984]. (A primeira edição brasileira de *As encruzilhadas do labirinto II – Os domínios do homem* foi publicada pela editora Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 1987.)
- CASTORIADIS, Cornelius. La logique des magmas et la question de l’autonomie. In: **Domaines de l’homme – Les carrefours du labyrinthe II**. Paris: Seuil, 1986b [1983]. (A primeira edição brasileira de *As encruzilhadas do labirinto II – Os domínios do homem* foi publicada pela editora Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 1987.)
- CASTORIADIS, Cornelius. Complexité, magmas, histoire. In: **Fait et à faire – Les carrefours du labyrinthe V**. Paris: Seuil, 1997 [1993].

- CASTORIADIS, Cornelius. Mode d'être et problèmes de connaissance du social-historique. In: **Figures du pensable – Les carrefours du labyrinthe VI**. Paris: Seuil, 1999 [1991].
- CASTREE, Noe. **Nature**. Abingdon: Routledge, 2005.
- CASTREE, Noel. **Making Sense of Nature**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014.
- CASTREE, Noel et al. (orgs.). **A Companion to Environmental Geography**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.
- DANIELS, Norman. Equal liberty and unequal worth of liberty: In: DANIELS, Norman (org.). **Reading Rawls: Critical Studies on Rawls' "A Theory of Justice"**. Nova Iorque; Basic Books, 253–281, 1989.
- De BÉLIZAL, Édouard et al. **Géographie de l'environnement**. Malakoff: Armand Colin, 2017.
- De MARTONNE, Emmanuel. **Traité de géographie physique**. Paris: Armand Colin, 2ª ed., rev. e aum., 1913 [1909]. (Consultei igualmente a tradução espanhola, baseada na sétima edição francesa: *Tratado de Geografía Física*, em três volumes, publicada em Barcelona, pela Editorial Juventud, em 1973.)
- GABRIEL, Markus. **Fields of Sense: A New Realist Ontology**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2015.
- HARD, Gerhard. **Aufsätze zur Theorie der Geographie**. Osnabrück: Universitätsverlag Rasch, 2002 [ensaios específicos publicados em diversos anos].
- HARTSHORNE, Richard. **The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past**. Westport (Connecticut): Greenwood Press, 1977 [1939].
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Wissenschaft der Logik (Erster Teil)** (= Sämtliche Werke [Band III], organizado por Georg Lasson). Leipzig: Verlag von Felix Meiner, 1934 [1812-1816].
- HEINRICH, Dieter. **Hegel im Kontext**. Frankfurt (Meno): Suhrkamp, 4ª ed, 1987 [1971].
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente**. Frankfurt (Meno): Fischer. 2006 [1947].
- INGOLD, Tim; PALSSON, Gisli (orgs.). **Biosocial Becomings: Integrating Social and Biological Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

- KUHN, Thomas. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2ª ed. (aumentada), 1970 [1962].
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988 [1976].
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 [1991].
- LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford e outros lugares: Oxford University Press, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Die deutsche Ideologie**. In: *Marx-Engels-Werke (MEW)*, Band 3. Berlim: Dietz Verlag, 1978 [1846].
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Naturwissenschaftliche Exzerpte und Notizen Mitte 1877 bis Anfang 1883**. In: *Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA)*, Vierte Abteilung, Band 31. Amsterdã: Akademie Verlag, 1999 [1877-1883].
- MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. *Terra Livre*, nº 16, pp. 139-158, 2001.
- MALABOU, Catherine. **The Future of Hegel: Plasticity, Temporality and Dialectic**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005 [1996].
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Geossistema: A história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2001.
- MÜLLER-MAHN, Detlef; WARDENGA, Ute (orgs.). **Möglichkeiten und Grenzen integrativer Forschungsansätze in Physischer Geographie und Humangeographie**. Leipzig: Selbstverlag Leibniz-Institut für Länderkunde e.V, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 5ª ed, 1987 [1972-1976].
- PATTISON, William D. The four traditions of geography. *Journal of Geography*, v. 89, nº 5, pp. 202-206, 1990 [1964].
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Paixão da Terra: Ensaio crítico de ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Rocco/Socii, 1984.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 15ª ed, 2014 [1989].
- RADNIK, Borna. Hegel on the double movement of *Aufhebung*. **Continental Thought and Theory**, v. 1, n° 1, pp. 194-206, 2016.
- RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- ROBBINS, Paul. Tracking invasive land covers in India, or why our landscapes have never been modern. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 91, n° 4, pp. 637-659, 2001.
- SAFATLE, Vladimir P. Materialismo e dialéticas sem *Aufhebung*: Adorno, leitor de Marx; Marx, leitor de Hegel. **Veritas: Revista de Filosofia da PUC-RS**, v. 62, n° 1, pp. 226-256, 2017.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 [1975].
- SAUER, Carl O. The morphology of landscape. In: LEIGHLY, John (org.). **Land and Life: A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1969 [1925].
- SEN, Amartya. **The Idea of Justice**. Cambridge (MA): The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- SNOW, Charles Percy. **The Two Cultures and the Scientific Revolution**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1961 [1959].
- SCHMIDT, Alfred. **Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx**. Hamburgo: CEP Europäische Verlagsanstalt, 5ª ed., 2016 [1962]. (Uma tradução espanhola, baseada na primeira edição em alemão, apareceu, sob o título *El concepto de naturaleza en Marx*, em 1977, publicada pela editora Siglo Veintiuno, Cidade do México.)
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”. **Cadernos de Geociências (IBGE)**, n° 13, pp. 161-171, 1995.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos. In: SPOSITO, Eliseu S. *et al.* (orgs.). **A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

- SOUZA, Marcelo Lopes de. Quando o trunfo se revela um fardo: Reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 22, n° 2, pp. 274-308, 2018.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019a.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n° 1, pp. 14-37, 2019b.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando *ambiente, território e lugar*: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n° 1, pp. 16-64, 2020.
- SWYNGEDOUW, Erik. The City as a Hybrid: On Nature, Society and Cyborg Urbanisation. **Capitalism Nature Socialism**, v. 7, n° 2, pp. 65-80, 1996.
- SWYNGEDOUW, Erik. Modernity and hybridity: Nature, *regeneracionismo*, and the production of the Spanish waterscape, 1890-1930. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 89, n° 3, pp. 443-465, 1999.
- TRICART, Jean. **Écogéographie des espaces ruraux**. Paris: Nathan, 1994.
- TRICART, Jean; KILIAN, Jean. **L'éco-géographie et l'aménagement du milieu naturel**. Paris: François Maspéro (= Collection Hérodote), 1979.
- TROLL, Carl. Luftbildplan und ökologische Bodenforschung: Ihr zweckmässiger Einsatz für die wissenschaftliche Erforschung und praktische Erschliessung wenig bekannter Länder. In: **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966a [1939].
- TROLL, Carl. Methoden der Luftbildforschung. In: **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966b [1942].
- TROLL, Carl. Die wissenschaftliche Luftbildforschung als Wegbereiterin kolonialer Erschliessung. In: **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966c [1942].
- TROLL, Carl. Fortschritte der wissenschaftlichen Luftbildforschung. In: **Luftbildforschung und landeskundliche Forschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966d [1943].



- TROLL, Carl. Die geographische Landschaft und ihre Erforschung. In: **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, (1966e [1950]).
- TROLL, Carl. Landschaftsökologie als geographisch-synoptische Naturbetrachtung. In: **Ökologische Landschaftsforschung und vergleichende Hochgebirgsforschung**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1966f [1963].
- VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: Planejamento da destruição**. Rio de Janeiro/São Paulo/Brasília: Forense Universitária/Edusp/Ed. UnB, 1989.
- WARDENGA, Ute; WEICHHART, Peter. Sozialökologische Interaktionsmodelle und Systemtheorien – Ansätze einer theoretischen Begründung integrativer Projekte in der Geographie? **Mitteilungen der Österreichischen Geographischen Gesellschaft**, n° 148, pp. 9-31, 2007.
- WARREN, Minton. On the Etymology of Hybrid (Lat. *Hybrida*). **The American Journal of Philology**, v. 5, n° 4, pp. 501-502, 1884.
- WEICHHART, Peter. Physische Geographie und Humangeographie – eine schwierige Beziehung: Skeptische Anmerkungen zu einer Grundfrage der Geographie und zum Münchner Projekt einer “Integrativen Umweltwissenschaft”. In: HEINRITZ, Günther (org.). **Integrative Ansätze in der Geographie – Vorbild oder Trugbild?** Münchner Symposium zur Zukunft der Geographie. Passau (= Münchener Geographische Hefte 85), pp. 17-34, 2003.
- WEICHHART, Peter. Auf der Suche nach der “dritten Säule”: Gibt es Wege von der Rhetorik zur Pragmatik? In: MÜLLER-MAHN, Detlev; WARDENGA, Ute. (orgs.). **Möglichkeiten und Grenzen integrativer Forschungsansätze in Physischer und Humangeographie**. Leipzig: Leibniz-Institut für Länderkunde (= ifl-forum 2), pp. 109-136, 2005.
- WEICHHART, Peter. Der Mythos vom “Brückenfach”. **Geographische Revue: Zeitschrift für Literatur und Diskussion**, v. 10, n° 1, pp. 59-69, 2008.
- WHITE, Damian F. *et al.* **Environments, Natures and Social Theory: Towards a Critical Hybridity**. Londres: Palgrave, 2016.
- ZIERHOFER, Wolfgang. Geographie der Hybriden. **Erdkunde**, v. 53, n° 1, pp. 1-13, 1999.

**Marcelo Lopes de Souza** é Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política (GAEP), e pesquisador do CNPq. **E-mail:** mlopesdesouza@ufrj.br

Artigo enviado em 12/02/2021 e aprovado em 16/03/2021.